DM Entorno

O Diário dos Municípios

TERÇA-FEIRA ◆ 17 DE SETEMBRO DE 2024 ANO: 02 ◆ Nº 0.321 ◆ 22H30 ◆ PREÇO: R$ 2,50 ◆ EDITOR: SANDRO CECÍLIO

POLÍTICA

Ex-prefeito de Águas Lindas de Goiás é impedido de se candidatar

Acolhendo pedido feito pelo Ministério Público Eleitoral em ação de impugnação, a Justiça Eleitoral negou o pedido de candidatura a vereador de Geraldo Messias de Queiroz, ex-prefeito de Águas Lindas de Goiás, condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por atos de improbidade administrativa. Ele foi prefeito do município de 2009 a 2012 e estava com os direitos políticos suspensos de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto deste ano. Desta forma, nesse período, não poderia ser considerado filiado a nenhum partido político.

Página 13

Bombeiros são homenageados durante café da manhã em Valparaíso

Na última semana, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) realizou um café da manhã especial em Valparaíso de Goiás para homenagear os bombeiros militares que atuaram no combate ao incêndio ocorrido no Condomínio Parque das Árvores, em 27 de agosto. A cerimônia teve como objetivo reconhecer a dedicação e o esforço dos profissionais que estiveram na linha de frente, enfrentando a situação de emergência e protegendo vidas e patrimônios.

Página 4

Entre em contato com a redação

jornaldmentorno (62) 3706-9010 redacao@jornaldmentorno.com.br

WWW.JORNALDMENTORNO.COM.BR

CLIMA

Brasil vive terrorismo climático, diz Marina Silva

O governo e o setor imobiliário se opõem em torno do novo sistema de tributação sobre a venda de imóveis por empresas

Lula Marques

Ela defendeu pena mais rígida para quem comete esse tipo de crime. Atualmente a pena varia de um a quatro anos de prisão

AGÊNCIA BRASIL

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou no último sábado (14), que o Brasil vive um terrorismo climático, com pessoas usando as altas temperaturas e a baixa umidade para atear fogo ao país, prejudicando a saúde das pessoas, a biodiversidade e destruindo as florestas. “Há uma proibição em todo o território nacional do uso do fogo, mas existem aqueles que estão fazendo um verdadeiro terrorismo climático”, afirmou em entrevista a veículos de comunicação.

Ela ressaltou que é fundamental que todos os agentes públicos que já estão mobilizados continuem agindo, porque há uma intenção por trás dessas ações. Segundo a ministra, apenas dois estados não estão passando por seca. Ela defendeu pena mais rígida para quem comete esse tipo de crime. Atualmente a pena varia de um a quatro anos de prisão.

“Não é possível que diante de uma das maiores secas de toda a história do nosso continente e do país, e com a proibição existente, que as pessoas continuem colocando fogo. Isso causa grande mal à saúde pública, ao meio ambiente, aos nossos sistemas produtivos e só agrava o problema da mudança do clima. Quando você tem uma situação em que sabe que colocar fogo é como se estivesse acionando um barril ou um paiol de pólvora, isso é uma intenção criminosa”, disse.

Marina lembrou que 17 pessoas já foram presas e há 50 inquéritos abertos. Para a ministra, é provável que haja pessoas por trás incentivando os crimes, o que pode ser descoberto com investigações e trabalho de inteligência da Polícia Federal (PF). Ela comparou ainda os incêndios criminosos com a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023.

“Por isso é tão importante o trabalho da PF. É preciso continuar investigando com trabalho de inteligência combinado, porque é aí que vamos poder descobrir de onde vem essa motivação. Eu estou praticamente comparando o que está acontecendo ao dia 8 de janeiro. São pessoas atuando deliberadamente para criar o caos no Brasil, tocando fogo nas florestas e nas atividades produtivas das pessoas”.

A ministra ressaltou que o prejuízo em São Paulo já é de R$ 2 bilhões para os agricultores, principalmente os plantadores de cana-de-açúcar. Segundo ela, já são 900 mil hectares de áreas de agricultura e pecuária queimadas, 1,4 milhão de hectares em área de campo de pastagem e 1 milhão de hectares em áreas florestais.

painel DM

SERVIÇOS

Caiado apresenta novos serviços do IPASGO Saúde

André Sadi

Nesta segunda-feira (16), durante entrevista coletiva no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, o governador Ronaldo Caiado apresentou novos serviços do IPASGO Saúde: criação de 30 leitos pediátricos exclusivos para o IPASGO Saúde; ampliação da rede de atendimento focada no Entorno do Distrito Federal.

De forma inédita, os beneficiários terão à disposição vagas para tratamento infantil em unidades de referência. Serão 10 UTIs pediátricas, 10 enfermarias e 10 apartamentos no Hospital Infantil de Campinas, em Goiânia.

Caiado também determinou a criação de uma rede de atendimento em Brasília. A estrutura visa ampliar o suporte a usuários do IPASGO Saúde que vivem no Entorno do Distrito Federal, demanda que existia desde 2009.

Agora, os cerca de 30 mil beneficiários que moram naquela região contarão com 21 prestadores de serviços e 184 filiais na capital federal que serão credenciados este ano.

A região possui 142 prestadores e 347 pontos de atendimento espalhados por 16 cidades, oferecendo mais suporte ao usuário.

Remuneração

Foi sancionada no estado de Goiás a Lei Estadual nº 22.984/2024, que estabelece a remuneração mensal dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Goiasprev. A lei fixa o pagamento em 9% e 7,5% do subsídio do presidente da Goiasprev, respectivamente, condicionado à participação mensal em reuniões. A medida prevê impacto de R$ 239.967,66 no orçamento de 2024.

Crédito Especial

Também foi sancionada a Lei Estadual nº 22.983/2024, que autoriza a abertura de crédito especial de R$ 1.206.571,88 à Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo). A lei também cria um produto no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 para monitorar recursos de convênios federais, conforme autorizado pela Lei nº 22.317/2023, que permite a inclusão de ações governamentais no PPA.

Conscientização

Foi sancionada a Lei Estadual nº 22.975/2024, que institui a Política de Conscientização para o Trânsito e Convivência Harmônica entre Veículos Automotores e Ferrovias em Goiás. A medida visa reduzir acidentes, que aumentaram 20% nos últimos cinco anos, por meio de campanhas educativas, intensificação da fiscalização e melhorias na infraestrutura em áreas de cruzamento entre rodovias e ferrovias.

Agenda Política

No último domingo (15), o deputado estadual Ricardo Quirino encerrou sua agenda política do dia nos bairros Jardim Tropical, Lago Azul e Vale do Pedregal, em Novo Gama, região do Entorno do Distrito Federal. O deputado esteve acompanhado do candidato a vereador Marcos Oliveira e do candidato a prefeito Carlinhos do Mangão. Quirino registrou o encontro e as visitas em suas redes sociais, destacando seu apoio às candidaturas locais.

DM Entorno

Preço das assinaturas
R$ 49,90 mensal
R$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis R$ 2,50 **Domingo** 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

DESIGN
Samuel Sousa
Ederson Lucas

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecílio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd. 12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010

www.jornaldmentorno.com.br

SAÚDE

Capacitação fortalece Rede de Imunização em Goiás

O objetivo é atualizar os conhecimentos dos profissionais e alinhar as ações com o Programa Imuniza Goiás, já presente em 246 municípios goianos

SES-GO

A Secretaria de Estado da Saúde dá mais um importante passo para fortalecer a imunização no estado com a realização de uma formação para capacitar trabalhadores da saúde de todo o estado. Com quatro módulos, a capacitação é para profissionais que atuam nas cerca de 900 salas de imunização espalhadas pelo território goiano.

O primeiro módulo da Oficina Seriada para Multiplicadores em Imunização reuniu 40 servidores das 18 Regionais de Saúde. O objetivo é atualizar os conhecimentos dos profissionais e alinhar as ações com o Programa Imuniza Goiás, já presente em 246 municípios goianos.

As oficinas são uma parceria entre as superintendências de Vigilância em Saúde (Suvisa), Escola de Saúde de Goiás (Sesg), Políticas e Atenção Integral à Saúde (Spais) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Iron Braz

O primeiro módulo da Oficina Seriada para Multiplicadores em Imunização reuniu 40 servidores das 18 Regionais de Saúde

MÓDULOS

O primeiro módulo começou nos dias 11 e 12 de setembro e termina dias 25 e 26 de setembro, na Faculdade de Enfermagem e Nutrição da UFG. O módulo II será realizado nos dias 1 e 2 de outubro, no mesmo local. Já o módulo III ocorre em novembro e o módulo IV, em fevereiro de 2025, ambos na sede do HUB Goiás.

Além disso, são discutidos os indicadores de cobertura vacinal, identificação de grupos de risco, investigação de surtos, atualização sobre as novas recomendações, inclusão de novas vacinas no calendário e diretrizes e estratégias do Programa Nacional de Imunizações (PNI) para a melhoria da cobertura vacinal.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Allessandra Santana, coordenadora de Ações em Imunizações da SES, avalia a importância da formação contínua dos profissionais. Ao fortalecer a rede de imunização e integrar as ações com o Programa Imuniza Goiás, a Secretaria de Saúde demonstra seu compromisso em garantir o acesso da população à vacinação e promover a saúde pública em todo o estado.

A capacitação dos multiplicadores é fundamental para o sucesso do programa e para a proteção da população contra doenças preveníveis, como sarampo, poliomielite e outras.

IMUNIZA GOIÁS

Sistema desenvolvido pelo Governo de Goiás, por meio da SES, o programa já chegou aos 246 municípios. A ferramenta foi criada em 2022 para facilitar a identificação de crianças não vacinadas até 2 anos, possibilitando rápida intervenção dos profissionais de saúde e contribuindo para a melhora dos índices de imunização.

Além do Imuniza Goiás, o Estado adota uma série de estratégias para reverter o cenário das baixas coberturas vacinais, identificado não só em Goiás, mas em todo o país. Foi lançado em 2023 o Plano Estadual de Recuperação das Altas Coberturas Vacinais, batizado de Vacina Mais, Goiás, que estabelece ações voltadas para a melhoria dos índices de imunização no estado.

A iniciativa está em sintonia com o Pacto Nacional pela Consciência Vacinal, projeto iniciado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Governo de Goiás anuncia processo seletivo para contratação na GOINFRA

A abertura de processo seletivo simplificado visa a contratação de 18 profissionais temporários

SEAD-GO

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), anunciou a abertura de processo seletivo simplificado para a contratação de 18 profissionais temporários. O processo visa preencher diversas funções na Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (GOINFRA).

O certame contempla vagas para os cargos de Arquiteto – Pleno, Engenheiro Agrimensor – Pleno, Engenheiro Eletricista – Pleno, Engenheiro Mecânico – Pleno, e três áreas de Engenharia Civil (Área I, II e III). A contratação será feita por tempo determinado, atendendo a necessidades temporárias de excepcional interesse público.

As inscrições para o processo seletivo ocorrerão exclusivamente pela internet, através do Portal de Seleção, disponível no endereço eletrônico http://selecao.go.gov.br/. O período de inscrição vai do dia 17 de setembro ao dia 01 de outubro. A taxa é de R$70,00, podendo ser paga até o dia 02 de outubro.

Sead

Participaram da capacitação servidores que trabalham diretamente com a plataforma e com os programas integrantes das ações do Goiás Social

A seleção dos candidatos será feita em duas etapas: análise curricular e entrevista, ambas com caráter classificatório e eliminatório. Os profissionais selecionados terão carga horária de 40 horas semanais e serão lotados em Goiânia. A remuneração mensal para os cargos oferecidos é de R$ 9.000,00, acrescida de um auxílio alimentação de R$ 1.000,00.

Para mais informações, os interessados devem consultar o edital disponível na página oficial do certame.

HOMENAGEM

Bombeiros são homenageados durante café da manhã em Valparaíso

A cerimônia teve como objetivo reconhecer o esforço dos profissionais que estiveram na linha de frente contra o incêndio no Condomínio Parque das Árvores

CBMGO

Na última semana, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) realizou um café da manhã especial em Valparaíso de Goiás para homenagear os bombeiros militares que atuaram no combate ao incêndio ocorrido no Condomínio Parque das Árvores, em 27 de agosto. A cerimônia teve como objetivo reconhecer a dedicação e o esforço dos profissionais que estiveram na linha de frente, enfrentando a situação de emergência e protegendo vidas e patrimônios.

O evento contou com a presença de diversas autoridades políticas e de segurança pública. Entre os presentes estavam a Deputada Estadual Zeli Fritsche, a Deputada Federal Lêda Borges, o Deputado Distrital Roosevelt, o Prefeito de Valparaíso de Goiás, Pábio Mossoró, o Comandante Geral do CBMDF, Coronel Sandro, e o Comandante do 4º CRBM, Coronel Diego. Além disso, o café da manhã reuniu representantes das forças de segurança, como a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Guarda Civil Municipal e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também esteve presente, representada pelo Dr. Suenilson Saulnier de Pierrelevée Sá, Presidente da Subseção Valparaíso de Goiás, e pelo Dr. Geraldo Machado Júnior, Conselheiro da OAB-DF e Presidente da Comissão de Apoio às Subseções do Entorno do DF.

O evento contou com a presença de diversas autoridades políticas e de segurança pública

Durante a solenidade, foram entregues homenagens às forças de segurança da região, com destaque especial para os bombeiros do CBMGO, cujo trabalho foi reconhecido como fundamental para o controle do incêndio no condomínio. O ato contou ainda com depoimentos emocionantes de duas vítimas resgatadas pelos bombeiros no dia do incidente. Elas relataram o medo e a angústia vividos antes da chegada das equipes de socorro e expressaram profunda gratidão ao relembrar o momento em que os bombeiros entraram em seus apartamentos para salvar suas vidas.

A iniciativa não só reforçou o reconhecimento público pelo trabalho árduo dos bombeiros como também fortaleceu a integração entre as diversas forças de segurança presentes, demonstrando a importância da cooperação entre órgãos na garantia da segurança e bem-estar da população.

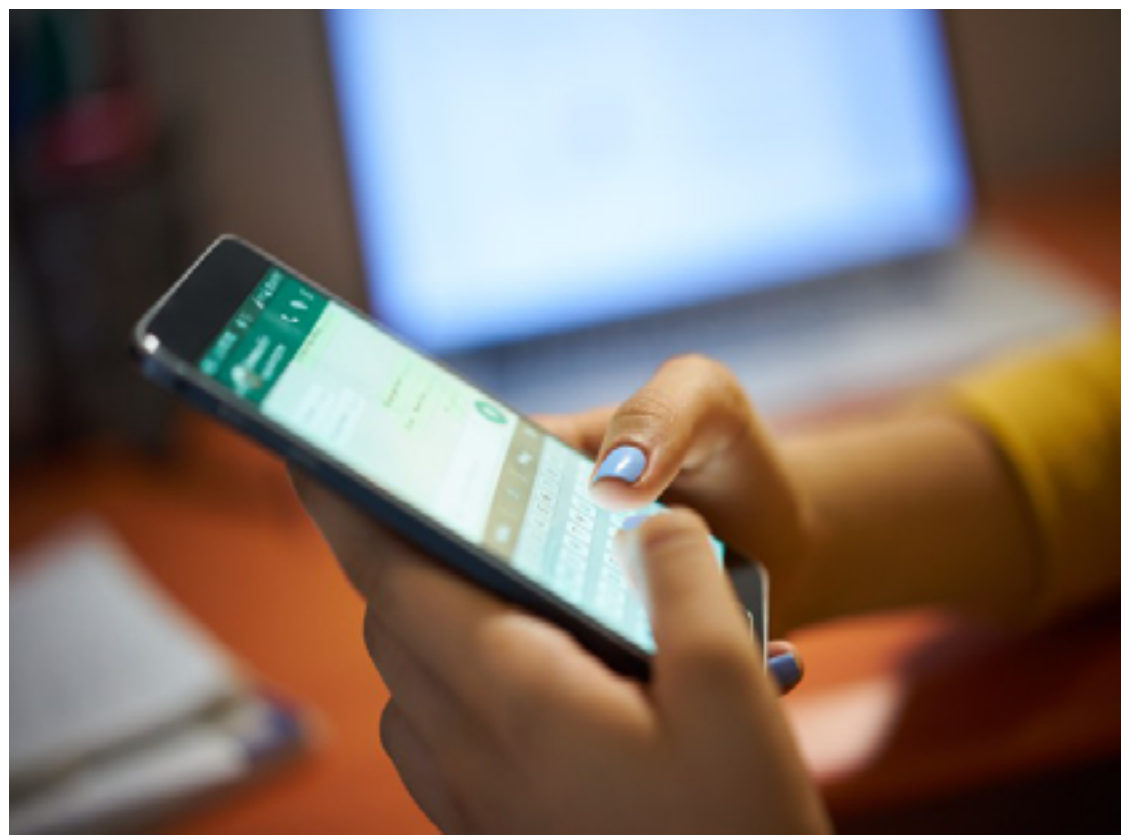
Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás ativa Ouvidoria da Mulher e da Diversidade

O canal é uma resposta à crescente demanda por espaços mais seguros e justos no serviço público, especialmente nas áreas de segurança

Redação

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) ativou, por meio da Portaria nº 4920, de 30 de agosto de 2024, a Ouvidoria da Mulher e da Diversidade no âmbito da Corporação. Esta iniciativa representa um importante passo rumo à construção de um ambiente mais inclusivo, acolhedor e igualitário para todos os integrantes da Corporação.

A Ouvidoria da Mulher e da Diversidade (OMD) é um canal especializado para o recebimento de demandas referentes à violência contra mulher e à diversidade, ou seja, a qualquer ato atentatório aos direitos e liberdades das mulheres e grupos vulneráveis relacionados à orientação sexual, identidade de gênero, geracional, raça e etnia, notadamente em casos de assédio sexual, assédio moral, violência doméstica e violência institucional de gênero.

O contato com a Ouvidoria da Mulher e da Diversidade poderá ser realizado: I – presencialmente, na sala da Ouvidoria (Chefia da Assistência do Comando Geral), em dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 18h; II – por correspondência física ou eletrônica (SEI CBM/OMD-22849); III – por ligação telefônica, em dias úteis, das 8h às 12h e das 14h às 18h (3201-1420); IV – por meio de formulário eletrônico disponibilizado no portal do CBMGO, na página da Ouvidoria; e V – por qualquer outro meio tecnológico que vier a ser disponibilizado pelo CBMGO.

A Ouvidoria da Mulher e da Diversidade (OMD) é um canal especializado para o recebimento de demandas referentes à violência contra mulher e à diversidade

Além de promover um ambiente de equidade e respeito, atuando como um canal seguro e confidencial para apresentação de demandas, sugestões, denúncias e preocupações, a OMD pretende atuar de forma preventiva, promovendo a conscientização sobre temas relacionados aos direitos humanos e ao respeito às diversidades, fortalecendo assim a cultura de igualdade dentro da corporação.

A nova Ouvidoria da Mulher e da Diversidade é uma resposta à crescente demanda por espaços mais seguros e justos no serviço público, especialmente nas áreas de segurança. A iniciativa reflete uma mudança de mentalidade, em que a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade são vistos como pilares fundamentais para a excelência no desempenho das funções militares e no serviço prestado à população.

"Nossa casa comum" queimada, poluída e enfumaçada

MOACIR DE MELO
Economista e empresário em Anápolis
ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA

O primeiro grande chamado para cuidar do meio ambiente com visão global deve ser creditado ao Rotary International, quando o Presidente da Instituição internacional foi o Brasileiro Paulo Viriato Correa da Costa, associado ao Rotary Club de Santos, SP, que, em janeiro de 1.990, revelou aos clubes do mundo seu lema motivacional do ano rotário 1990-91: "Preserve o planeta Terra". Desde então os rotarianos do mundo fazem o que podem mundo afora: preservação de nascentes, plantio de árvores, repovoamento de peixes em rios, incentivos a reciclagens, palestras e por aí afora.

Em sequência de eventos global tivemos na Rio-92, o início mais sério com vista a esta preservação. Poucos resultados colhidos. Porém a semente fora plantada. Já em 2015, na Encíclica "Laudato Sí" o Papa Francisco, visionariamente, endureceu e culpou o homem pelo aquecimento global, cobrou dos países mais ricos responsabilidades para com os mais pobres, previu cenários favoráveis para futuras guerras em decorrência do esgotamento das águas, criticou o consumismo que tem levado a terra a ser um imenso depósito de lixo, chamou a atenção para o fato de culpar o crescimento demográfico ao invés de consumismo desenfreado de uns poucos que está transformando Nossa Casa Comum um lixão de grandes proporções. Porém, com ouvidos moucos, nossas lideranças políticas pouca atenção deram ao chamado papal. Estamos de mal a pior.

Porém, do lado de cá, seguindo os conselhos do pontífice, e com objetivos claros de criar consciência sobre a situação do saneamento básico no Brasil, assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenhar por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa Casa Comum, as Igrejas Cristãs Católica, Evangélica, Episcopal, Presbiteriana e Síria Ortodoxa, se uniram e encetaram a CF Campanha da Fraternidade 2.016, com o Tema: "Casa comum, nossa responsabilidade." Teve, também, objetivos específicos, quais sejam: unir Igrejas, expressões religiosas e pessoas de boa vontade na promoção da justiça e do direito ao saneamento básico em nosso país; estimular o conhecimento da realidade local em relação aos serviços de saneamento básico; incentivar o consumo responsável dos dons da natureza, principalmente da água, ente outros. Poucos resultados colhidos da mesma forma. Lamentável!

Sim, por isto, passados quase 10 anos, pouca coisa ou quase nada mudou na casa chamada Brasil, nem tão pouco no planeta como um todo. Nosso exame de consciência brasileiro acusa: 40 milhões de brasileiros não são atendidos por água tratada; 100 milhões não têm acesso a serviço de coleta de esgotos; 61% dos esgotos não são tratados e são lançados no meio ambiente; só as capitais brasileiras lançam mais de 1,2 bilhão de m3 de esgoto por ano na natureza; 6 milhões de brasileiros não têm acesso a banheiro. Mais: 3,5 milhões de pessoas nas 100 maiores cidades despejam esgotos irregularmente, mesmo tendo rede coletora disponível. Além de tudo isto, triste realidade, agora em setembro/24, o fogo avança sobre mais de sessenta por cento da vegetação e temos um país enfumaçado e sem ação maior dos nossos governantes e sem interesse de nosso povo.

Há de reconhecer que o quadro reflete a caótica situação do Saneamento no Brasil, como também uma cultura política brasileira de pouco ou quase nada investir em saneamento básico: "Saneamento básico não gera votos porque não são vistos", afirmam os políticos que não gostam de desgarrar do poder. A estes o papa Francisco mandou um recado: Investir em saneamento é atender a um direito de todos. O autêntico progresso implica melhoria global nas condições de vida e dos espaços onde transcorre a existência das pessoas. A estrutura e os serviços de saneamento são componentes importantes das habitações: sua insalubridade causa problemas de saúde, psicológicos e emocional.

A missão de zelar pela "Nossa Casa Comum" (Planeta Terra) é de cada um de nós, terráqueos. Conhecer e importar pela realidade de cada cidade, de suas propriedades rurais é uma obrigação de cada residente. Lutar para mudar os conceitos políticos populistas é missão que não podemos esquecer nunca. Tomar conhecimento da importância do saneamento para os residentes é evolução. Que façamos, pois, a nossa parte. O planeta chama por isso! Afinal, a casa é de todos! Cobrar ações concretas e decisivas de nossos governantes é nossa missão. No momento assistimos todos nós, inertes, ações do nosso STF, tão contestado, pedindo empenho de nossos Governantes em tomar ações mais fortes. É hora de todos acordarmos e fazer a nossa parte antes que seja tarde demais!

'Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples

Café da manhã

ULISSES AESSE ulissesaesse6@gmail.com

Cobertura
A imprensa não pode ser manipulada. Nem deve. No caso da candidatura de Pablo Marçal, ao noticiar a agressão sofrida de José Luiz Datena, durante debate eleitoral, no início, nenhum jornal não noticiou o boletim médico do estado de saúde do coach.

Sem ciência
O 'boletim' noticiado era apenas o da assessoria do candidato à Prefeitura de São Paulo. Sem, lógico, a 'ciência' dos médicos que o atenderam, do boletim médico oficial do hospital. Assim fica fácil passar apenas uma versão.

Oficial
Cobra-se coerência na cobertura do fato. Então, o único boletim verdadeiramente correto e certo é o do hospital.

Fake news
Nas redes sociais, um vídeo sobre uma possível chuvarada em Goiás. Na verdade, não passou de vídeo fake, já que a chuva não aconteceu. Ainda.

Carestia
No supermercado, o quilo da banana nanica custa quase R$ 7,00. Tirou a casca, o consumidor paga quase R$ 7,00 por apenas 400 gramas do produto.

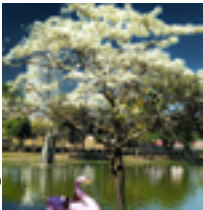
Lembrete
É bom dizer. 1/3 do conteúdo dos noticiários nacionais têm sido em relação às queimada, aos incêndios. A pergunta é: o caso é grave ou não?!!

Aviso dado
Bobo é o bandido que insiste em tentar fazer o 'novo cangaço' em Goiás. O aviso já foi dado. 'Ou o bandido muda de profissão ou muda de Goiás'. O recado já foi dado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado, mais de *trocentas vezes*.

Leandro recebe o apoio de líderes comunitários

Vereador, Leandro Sena (foto), é um dos representantes da região Sudoeste na Câmara Muncipal de Goiânia. Ativista, fundador da ONG +Ação, Leandro recebeu apoio de várias lideranças comunitárias da Capital, entre elas, as do líder comunitário da Vila União e região, Ulisses Sousa, que apoia a sua reeleição e a de Nadir, liderança do Novo Horizonte. Segundo Ulisses Sousa, todas as demandas da região tem sido e estão sendo levadas ao vereador que vem dando resposta rápida para o cumprimento e a solução das mesmas. Uma delas, será uma ponte nova que vai ligar o bairro ao Jardim Europa, diminuindo o tráfego pesado na região da Avenida Maurício Gomes. A obra já foi autorizada pelo prefeito Rogério Cruz. Sena diz reconhecer a importância dos lideres comunitários, que conhecem, como ninguém, a realidade de seus bairros.

Resveratrol agora em forma de goma
A Trustfuel, unidade de negócios da Vitamedic, inova no mercado de suplementação no Brasil com o primeiro resveratrol em formato de goma. O produto será incorporado ao portfólio da linha Goalmy, lançada no ano passado. O lançamento tem inspiração no mercado norte-americano. No país, a marca introduzirá essa molécula em sua forma pura, oferecendo suplemento prático e fácil de transportar, ideal para a rotina agitada do consumidor moderno. O resveratrol é reconhecido por seus benefícios antioxidantes e por contribuir para a saúde cognitiva e cardiovascular, promovendo o envelhecimento saudável. Esse ativo é indicado principalmente para pessoas entre 30 e 60 anos. 'Estamos atendendo à demanda por produtos práticos e funcionais que oferecem benefícios reais ao consumidor', destaca Laura Benetti, gerente de marketing da Trustfuel.

Re-Descubra Goiânia na Alego
Uma exposição coletiva de fotografias já pode ser vista na Assembleia Legislativa de Goiás. A coletiva reúne trabalhos de 31 fotógrafos, entre eles, o de Malú Rodrigues (foto). A exposição 'Re-Descubra Goiânia' será aberta hoje, às 17h30 e permanece franqueada ao público até o dia 27 deste mês. Goiânia, a capital, foi registrada pelo olhar sensível do coletivo 'Click Goiânia', sob responsabilidade da fotógrafa Valéria Batista.

- A cantora Daniela Mercury cometeu um gesto intempestivo e considerado agressivo por muitas pessoas durante um show na Bahia. Ao atirar uma banqueta, de forma ríspida, ganhou inimigos nas redes sociais, que criticaram a desação da cantora baiana.
- Uma dica sobre a Semana do Cliente Aviva: Costa do Sauípe e Rio Quente Resorts, com até 20% de desconto e Hot Park a partir de R$ 139. A ação vai até 20 de setembro, com utilização de hospedagem até junho de 2025 e ingressos até dezembro de 2024.
- O governador Ronaldo Caiado está certo em cobrar maior punição aos que praticam incêndio e queimadas criminosas em Goiás. O Brasil, por sua vez, se omite a isso, quando o assunto é legislação. A pergunta é: porquê?!!
- Em Cachoeira Alta, Goiás, choveu no domingo...
- 'Lancem sobre ele toda a sua ansiedade, porque ele tem cuidado de vocês'. – **1 Pedro 5:7**

'PABLO MARÇAL DEMONSTROU, EM TODAS AS SITUAÇÕES A QUE TEVE OPORTUNIDADE, SUA FALTA DE CARÁTER. DEMONSTROU, AINDA, QUE É UMA AMEAÇA À CIDADE DE SÃO PAULO. SERÁ DETIDO NO VOTO. MAS, A DESPEITO DISSO, PRECISAVA TAMBÉM SER CONTIDO COM ATOS. FOI O QUE EU FIZ', APRESENTADOR E CANDIDATO JOSÉ LUIZ DATENA, SOBRE PABLO MARÇAL, TAMBÉM, CANDIDATO À PREFEITURA DE SÃO PAULO, APÓS ENTREVERO ENTRE OS DOIS

Pablo Marçal tem alta e pede à Justiça derrubar candidatura de Datena

Pablo Marçal: costela quebrada

FOLHAPRESS

O candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) recebeu alta do Hospital Sírio-Libanês após ser agredido no debate da TV Cultura neste domingo (15) e disse que irá pedir o indeferimento da candidatura de José Luiz Datena (PSDB), que lhe deu uma cadeirada.

Após a alta, o candidato do PRTB ironizou o adversário do PSDB. "Foi só um esbarrão, né, Datena", disse. "Estou com o sexto arco costal com uma leve fissura".

Em nota, o hospital afirmou que Marçal teve traumatismo na região do tórax à direita e no punho direito, "sem maiores complicações associadas".

Ao sair do local, com o braço direito em uma tipoia e uma tala no dedo, o candidato do PRTB atacou a imprensa e os demais candidatos que, segundo ele, não o apoiaram.

No início da tarde, ele voltou a criticar os adversários e afirmou que, "se fosse alguém pobre, negro e de periferia que tivesse dado a cadeirada, certamente estaria preso. O mesmo aconteceria se tivesse sido eu." "Não recebi solidariedade de nenhum dos candidatos, que ao contrário, enquanto eu era socorrido, continuaram com ofensas contra mim na minha ausência e me acusaram até de ter fugido do debate. Já levei muita pancada nessa vida e não vai ser uma cadeirada que vai me impedir de lutar pelo povo que também apanha todos os dias desses canalhas", declarou.

Candidato procurado por participar do 8/1 é preso no Paraná pela PF

Marcos Geleia: preso pela Polícia Federal

AGÊNCIA ESTADO

A Polícia Federal prendeu, sábado, 14, Marcos Geleia Patriota (Novo), candidato a vereador na cidade paranaense de Céu Azul. Ele era procurado por participação no ato golpista do dia 8 de janeiro de 2023. Marcos Geleia foi levado para Foz do Iguaçu e teve sua prisão comunicada ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é um dos três candidatos procurados pela Justiça por ter participado da invasão aos prédios dos Três Poderes. O pedido de prisão havia sido expedido por Alexandre de Moraes.

A lei eleitoral permite que pessoas com mandados de prisão em aberto possam se candidatar a cargos eletivos, com o veto apenas para aqueles que forem condenados com sentença judicial ou decisão colegiada de juízes.

Pastor Dirlei Paiz (PL) tenta se eleger para a Câmara Municipal de Blumenau (SC), Marcos Geleia Patriota (Novo), para a de Céu Azul (PR), e Locutor Henrique Pimenta (PRTB), para a de Olímpia (SP). Eles são alvos de ordens de detenção expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na investigação sobre os ataques à sede dos Três Poderes após a posse de Lula (PT), em janeiro de 2023. Os três são investigados pelo crime de associação criminosa.

Candidatos em Goiânia focam nos padrinhos e nos votos da periferia

Sandro Mabel (União Brasil), Fred Rodrigues (PL), Adriana Accorsi (PT) e Matheus Ribeiro (PSDB) buscam tirar proveito eleitoral ao destacar o engajamento das principais lideranças que integram as suas alianças na corrida à prefeitura

Adriana Accorsi (PT), Fred Rodrigues (PL), Sandro Mabel (UB), Matheus Ribeiro (PSDB), Professor Pantaleão (UP), Rogério Cruz (SD) e Vanderlan Cardoso (PSD)

Helton Lenine

A três semanas das eleições, os candidatos Sandro Mabel (União Brasil), Fred Rodrigues (PL), Adriana Accorsi (PT) e Matheus Ribeiro (PSDB) buscam tirar proveito eleitoral ao destacar o engajamento das principais lideranças que integram as suas alianças na corrida à prefeitura, buscando, principalmente, os eleitores indecisos, hoje em torno de 30%, segundo as pesquisas.

Os prefeitáveis apostam na transferência de votos de seus apoiadores que, de forma diferente, desfrutam de prestígio junto ao eleitorado goianiense. É preciso, nesta fase decisiva da campanha, buscar os votos de quem ainda não escolheu nome para o Paço Municipal.

A participação de padrinhos políticos é importante para a ampliação dos apoios, reforçando junto aos eleitores que só decidem o voto na reta final da campanha eleitoral. Isso não quer dizer, efetivamente, os cabos eleitorais terão força suficiente para mudar o jogo eleitoral.

Outro foco dos prefeitáveis, nestas eleições em Goiânia, é mergulhar fundo na periferia da cidade, em busca dos votos das classes C, D e E, maior contingente do eleitorado. Avançar na periferia é possibilidade de assegurar votos para ampliar os votos e chegar ao seguno turno.

Força de Caiado

O candidato do União Brasil, Sando Mabel destaca, em todas as aparições públicas, o apoio que tem de Ronaldo Caiado, Afinal, o governador tem mais de 70% de aprovação em Goiânia, tornando-se, assim, um "cabo eleitoral" diferenciado para qualquer candidato.

Caiado, ao lado da primeira-dama Gracinha Caiado e do vice-governador Daniel Vilela, tem participação de caminhadas, carreatas e do horário eleitoral para recomendar voto em Sandro Mabel. "Goiânia precisa de um gestor capaz como Mabel", repete o governador.

O presidente licenciado da Fieg aceitou a candidatura ao Paço Municipal após insistentes convites do governador. "Aceitei o desafio de disputar a prefeitura de Goiânia porque sabia que Caiado estaria ao meu lado não apenas na campanha, mas para tirar a cidade dessa situação administrativa difícil".

Mabel conta também com o legado dos ex-prefeitos Iris Rezende e Maguito Vilela, já que o MDB tem forte densidade eleitoral na capital.

Apoio de Lula

Apesar do desgaste do Partido dos Trabalhadores em Goiânia, Adriana Accorsi não abre mão do apoio do presidente Lula. Ela espera a presença do líder petista em evento de campanha ainda este mês. Adriana aparece ao lado de Lula em fotografias e vídeos veiculados no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão.

Nas pesquisas, Adriana ainda não conseguiu conquistar todos os eleitores de Lula na Capital, conforme votação no pleito presidencial de 2022. O marketing de campanha recomendou evitar a cor vermelha do PT na propaganda eleitoral e ela optou pelo tom lilás.

De forma tímida, Lula recomendou o voto a Adriana Accorsi durante visita a Goiânia para inaugurar trecho do corredor do BRT Norte-Sul. "É uma boa candidata, os goianienses deveriam votar nela".

Adriana conta com o legado do pai, Darci Accorsi, que administrou Goiânia por quatro anos, pelo PT, de 1992 a 1994.

Fred Rodrigues

O candidato do PL, Fred Rodrigues, espera crescer nesta fase da campanha ao explorar a imagem vinculada a Jair Bolsonaro, tanto na propaganda eleitoral de rádio e televisão quanto em eventos da campanha com a visita do ex-presidente. Ele ainda não chegou ao pelotão dos primeiros colocados.

Rodrigues faz contraponto ao PT na expectativa de crescer o suficiente para suplantar Sandro Mabel e Vanderlan Cardoso e quem, sabe, chegar ao segundo turno. Ele busca o voto do eleitor conservador, de direita.

Matheus Ribeiro

Matheus Ribeiro, do PSDB, tem como principal referência, o ex-governador Marconi Perillo que, efetivamente, nunca desfrutou de popularidade em Goiânia. Os tucanos não vivem um bom período político desde que deixou o poder em 2018.

Incomodado, Ribeiro ainda não programou nenhuma caminhada com a presença de Marconi Perillo. Por enquanto, faz campanha-solo, acompanhado apenas dos 36 candidatos do PSDB à câmara de vereadores.

Isolados

Sem padrinho políticos, Vanderlan Cardoso (PSD), Rogério Cruz (SD) e Professor Pantaleão (UP) fazem campanhas aos seus estilos, só com candidatos a vereador. Isso os diferencia dos demais candidatos, que sempre tem algum figurão político em seus palanques.

Vanderlan Cardoso, mesmo sem padrinho político, se posiciona bem nas pesquisas eleitorais, em razão do recall das últimas eleições, já que seu nome esteve presente nos cinco últimos pleitos da Capital e do Estado.

Profissionais a comunicação social entram na disputa eleitoral este ano

Radialistas e jornalistas também estão presentes na disputa eleitoral em Goiânia, este ano.

O apresentador de televisão Matheus Ribeiro é candidato a prefeito pelo PSDB. Em 2022, ele concorreu à Câmara Federal, sem sucesso eleitoral.

O radialista e apresentador de TV Sandes Júnior voltou ao MDB após 25 anos de permanência no PP para disputar a reeleição à Câmara de Vereadores. Ele está no segundo mandato de vereador, foi deputado estadual e deputado federal por várias vezes. Concorreu à prefeitura de Goiânia por três vezes,

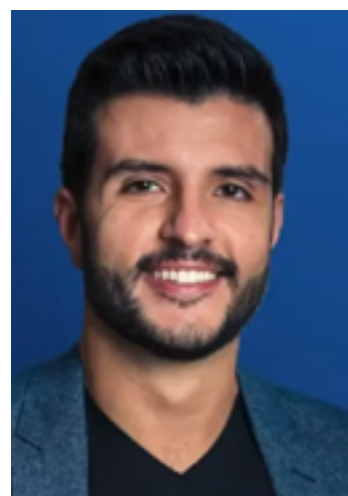
O apresentador de TV Alysson Lima, que já foi vereador e deputado estadual, concorre pelo PSB novo comando ao legislativo, Ele não obteve êxito para a Câmara dos Deputados em 2022.

Arianne Cândido, do União Brasil, estreia na política como candidata a vereadora, pelo União Brasil. Ela tem uma importante "cabo eleitoral": a deputada federal Silvye Alves (UB).

O radialista Jota Sobrinho é candidato ao cargo de vereador em Goiânia pelo Solidariedade, partido do prefeito Rogério Cruz.

Contribuições

O jornalista Matheus Ribeiro justifica a sua candidatura ao Paço Municipal na tentativa de "apresentar novas ideias e práticas políticas". E ressalta: "O goianiense está cansado com esse jeito de fazer política, na base do toma lá, dá cá. O eleitor quer mudar, quer ver algo diferente. Por isso, estou na disputa". Ribeiro foi apresentador da TV Anhanguera por diversos anos.

O vereador Sandes Júnior diz ao Diário da Manhã que atua para permanecer na Câmara Municipal para contribuir com sua experiência em favor de Goiânia.

Matheus Ribeiro: candidato a prefeito

Sandes Júnior: experiência no legislativo

Caiado afirma que Ipasgo manterá todos beneficiários

Ao lado do secretário Adriano da Rocha Lima (Governo) e presidente Vinícius Luz (Ipasgo), governador Ronaldo Caiado explica mudanças junto à ANS, mas garante manutenção de beneficiários

Governador coloca fim às especulações feitas na imprensa e anuncia que Ipasgo manterá servidores antes ameaçados. Gestor anuncia leitos em unidades pediátricas e atendimento no Entorno do DF

Beto Silva

"Aquelas 10 mil pessoas que inicialmente seriam excluídas, foi resolvido. Estão todas mantidas", disse ontem, durante entrevista coletiva, o governador Ronaldo Caiado ao tratar da adesão do Ipasgo Saúde à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ele reiterou que não ocorrerá exclusão de beneficiários.

Caiado disse que manteve diálogo junto ao órgão federal para que 9.877 beneficiários - antes ameaçados - fossem mantidos.

O Ipasgo pleiteia sua autogestão junto à ANS, que, no dia 27 de setembro, decidirá se o instituto está apto a aderir ao sistema. Confirmada a aprovação, o Ipasgo será entidade sem finalidade lucrativa. Continuará voltado para a assistência de servidores públicos de Goiás e familiares.

O que mudará em relação a servidores: ficam inelegíveis celetistas e servidores federais que, até então, podiam aderir ao plano. Desta forma, todos os que são beneficiários do Ipasgo continuam contemplados.

Para Caiado, o registro na ANS traz mais transparência e qualidade aos serviços prestados. E melhor: será um antídoto contra a corrupção. Em vários momentos da história de Goiás o Ipasgo esteve envolvido em escândalos que envolviam a ingerência política.

A instituição foi saqueada em gestões passadas. "É um padrão de excelência. O Ipasgo não vai mais ficar a critério de quem governa o Estado. Ou seja, as regras agora são nacionais, exigem uma auditoria, um compliance, como também caixa de reserva", disse.

Novidades

O Ipasgo Saúde contará com reserva financeira de R$ 480,3 milhões repassados pelo Governo de Goiás, que atende exigência da ANS. "Isso mostra para todos os beneficiários que não tem mais aquele risco de amanhã não saber se vai ter ou não condição de ser atendido", disse Caiado.

O Governo de Goiás anunciou também a criação de 30 leitos pediátricos exclusivos para o Ipasgo Saúde. Serão 10 UTIs pediátricas, 10 enfermarias e 10 apartamentos no Hospital Infantil de Campinas, em Goiânia. A instituição já havia firmado parceria com o Hospital e Maternidade Santa Bárbara, que também destina 30 acomodações exclusivas para beneficiários do Ipasgo Saúde.

Segundo o presidente do Ipasgo Saúde, Vinícius Luz, a solução contribuirá para a solução de um problema histórico de atendimento a gestantes e crianças goianienses ou do interior que migram para a capital em busca de vaga. "Era uma dificuldade muito grande. Agora, os leitos estão garantidos, aguardando o atendimento dos beneficiários", disse.

O governador também anunciou uma estrutura que ampliará o suporte a usuários do Ipasgo Saúde que vivem no Entorno do Distrito Federal. Desta forma, 30 mil beneficiários que moram naquela região contarão com 21 prestadores de serviços e 184 filiais na capital federal que serão credenciados este ano.

Zélia Camelo aparece com 46,92% na corrida eleitoral da Prefeitura de Itapirapuã

Redação

Uma nova pesquisa eleitoral realizada em Itapirapuã, Goiás, coloca Zélia Camelo de Oliveira na liderança com 46,92% das intenções de voto na modalidade estimulada. Seu principal oponente, Dr. Cássio, aparece com 32,05%. O levantamento ainda mostra que 4,10% dos eleitores não demonstram preferência por nenhum dos candidatos apresentados, e 16,92% dos entrevistados afirmam estar indecisos ou não souberam responder. A pesquisa reflete um cenário de clara vantagem para Zélia, que se posiciona como a principal candidata na corrida eleitoral do município.

A empresa responsável pelo levantamento foi a Terra Legal Ltda, que custeou a pesquisa com recursos próprios. Ao todo, foram entrevistados 390 eleitores, contemplando de maneira igualitária 50% de homens e 50% de mulheres. A amostra abrange todas as faixas etárias da população, com destaque para a maior participação de eleitores entre 45 e 59 anos, representando 28% dos consultados, seguidos por 25% de pessoas com 60 anos ou mais

A coleta de dados foi realizada em diversos bairros da cidade, incluindo o Setor Central, São Domingos, Distrito Jacilândia, Setor Cidade Livre, Setor Edla Pacheco, Setor Rodoviário, Bairro Popular, Setor Solon Amaral e COHAB, buscando retratar o cenário político em várias áreas urbanas e rurais de Itapirapuã. A margem de erro do estudo é de 4 pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 90%, o que dá uma alta precisão aos resultados.

Este levantamento é parte de um contexto maior que analisa o cenário político municipal em um momento decisivo, a menos de 20 dias das eleições. Zélia Camelo, que já possui histórico de atuação política, se fortalece com o apoio de diversas comunidades da cidade. No entanto, Dr. Cássio, seu principal concorrente, ainda possui chances de alterar o quadro, especialmente entre os eleitores indecisos, que representam uma fatia relevante do eleitorado.

Governador pode ir ao Supremo para agir contra incêndios criminoso

Redação

"Queremos tomar medidas temporárias. A destruição provocada pelo fogo vai ter consequências enormes", disse o governador Ronaldo Caiado para a GloboNews ao reforçar a necessidade de endurecimento da legislação durante os momentos críticos das queimadas.

Ele reafirmou que é prerrogativa dos Estados agirem paralelamente à União em situações de emergência.

O governador disse que, em Goiás, 12 suspeitos já foram detidos por conta de incêndios criminosos.

"Nenhum produtor vai provocar sua autodestruição. Quando se passa o fogo na terra, se destroem 20 anos de preparo daquele solo", disse Caiado, justificando as suspeitas de ações criminosas que prejudicam os produtores.

Caiado foi duro contra o governo federal, que não atua para coibir o problema: "Só agora o governo federal resolveu liberar verba. Já não vai resolver mais nada, o prejuízo está instalado e os Estados terão de arcar com queda na arrecadação, desemprego, óbitos e destruição do meio ambiente".

Comandada por Marina Franceschini, Mônica Waldvogel e Nilson Klava, a entrevista serviu para Caiado mostrar um ponto de vista direfente da maioria dos estados: o governador confirmou que vai brigar pelo direito de tomar medidas administrativas e judiciais contra quem provoca incêndios criminosos.

Fio Direto

HELTON LENINE
heltonlenine@gmail.com

Engajamento
Governador Ronaldo Caiado gravou em agosto e setembro 140 vídeos pedindo votos para os candidatos a prefeito do União Brasil, MDB e partidos aliados.

Euforia
Vice-governador Daniel Vilela mostra otimismo em relação às campanhas dos candidatos do MDB em Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Jataí, Mineiros, Catalão, Caldas Novas, Goiatuba, Valparaíso de Goiás e outras de pequeno porte.

Só na TV
Pelo andar da carruagem, o presidente Lula deverá participar da campanha de Adriana Accorsi (PT) apenas pelos programas eleitorais de rádio e televisão.

Ele vem
Já o ex-presidente Jair Bolsonaro confirma presença, em Goiás, dia 24 deste mês, para reforçar as campanhas do Professor Alcides (Aparecida), Fred Rodrigues (Goiânia) e Márcio Correa Anápolis.

Mulheres
Só para lembrar: das sete candidaturas à prefeitura de Goiânia, há uma a prefeita (Adriana Accorsi) e qutro a vice: Sucena Hummel (Vanderlan Cardoso), Cláudia Lyra (Sandro Mabel) e Bartira |Macedo (Matheus Ribeiro) e Luciana Amorm (Professor Pantaleão).

Rejeição
Maior desafio de Adriana Accorsi neste primeiro turno em Goiânia: reduzir a rejeição, por conta do desgaste do PT junto ao eleitorado goianiense.

Quem vai?
De acordo com especialistas, o segundo turno em Goiânia será disputado por Adriana Accorsi (PT) e Sandro Mabel (UB ou Vanderlan Cardoso (PSD). A conferir.

Indefinições
Em Aparecida de Goiânia e Anápolis, as pesquisas mostram possibilidade de realização de segundo turno na corrida às prefeituras.

Desânimo
Mais uma vez o PSDB marconista entra sem entusiasmo nas eleições para as prefeituras goianas. São poucas as cidades onde há favoritismo dos tucanos.

No radar
A maioria dos políticos goianos participar das eleições deste ano como "cabos eleitorais", de olho no pleito de 2026 quando pretende concorrer a cargos majoritários (governador, vice e senador).

Velha política
Ex-prefeitos da chamada "velha guarda" aparecem como candidatos ou apoiadores em grande parte dos municípios goianos. Eles impedem o surgimento de novas lideranças politicas.

Cadeirada de Datena em Marçal mostra o baixo nível da política

A cadeirada de José Luiz Datena PSDB) em Pablo Marçal (PRTB), no debate da TC Cultura, neste domingo (15), é mais um triste capítulo da baixaria da política brasileira. O que o eleitor espera dos candidatos a presidente, governador e prefeito é debate de ideias, apresentação de propostas e não ataques pessoais. Na história do país, muitos capítulos foram escritos com agressões morais e físicas, atentados e mortes, o que envergou os brasileiros. Datena e Marçal mostram não estar à altura de uma gestão para a maior cidade da América Latina. Pesquisas qualitativas sinalizam que agressão pessoal não rende votos. Pelo contrário, aumenta a rejeição. Vítimas de atentados ou acidentes – Iris Rezende, Jair Bolsonaro, Donald Trump, por exemplo, cresceram nas pesquisas após imprevistos em campanha eleitoral. Pelo interior de Goiás, têm-se notícia também de campanhas acirradas, com agressões verbais e tentativa de descontruir biografias e nem por isso que parte para o ataque se sobressai no processo eleitoral. O eleitor, dizem especialistas, querem candidatos equilibrados, respeitosos e que se preocupem com o coletivo. Fora desse perfil, é baixar o nível, mostrar desespero, ou seja, meio caminho para a derrota eleitoral. Queira Deus que novos episódios como esse de Datena/Marçal não se repitam nas eleições municipais deste ano.

Clima de campanha
Menos de três semanas, a campanha eleitoral ganhou s ruas na corrida às prefeituras nas 246 cidades goianas. Com maiores restrições, impostas pela legislação eleitoral, a população de Goiânia, Aparecida e Anápolis, por exemplo, já tomam conhecimento de quem está no páreo nestas eleições. As caminhadas, carreatas e palanques móveis já movimentam as cidades. Os eleitores indecisos já saem do "muro" e começam a escolha de candidatos a prefeito e vereador.

Sílvye Alves e as mulheres

A deputada federal Sílvye Alves (foto) entrou para valer nas campanhas a prefeito e vereador (a) do União Brasil, MDB e partidos aliados em cidades como Goiânia, Aparecida, Anápolis, Senador Canedo, Trindade, Rio Verde. Ao lado do governador Ronaldo Caiado, vice Daniel Vilela e primeira-dama Gracinha Caiado, a parlamentar tem mobilizado o eleitorado feminino. "Estamos mostrando a importância das mulheres na vida pública de Goiás e do país".

Caiado: agressão em debate de televisão desgasta imagem do Brasil

Ronaldo Caiado: debate é para discutir propostas

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) lamentou a agressão do candidato José Luiz Datena (PSDB) a Pablo Marçal (PRTB) durante debate na TV Cultura, domingo (15), em São Paulo. Datena atirou uma cadeira no concorrente.

"Muito triste, né?! Ao assistir isso, você tira a beleza do debate, você tira a capacidade do cidadão em poder analisar um candidato reprimindo o outro. Você faz uma análise de competência, uma análise de propostas, uma análise de poder dizer com conhecimento de cálculo que ele pode melhorar a vida das pessoas. Mas quando parte para um processo como este, os candidatos perdem e a população também passa a não ter mais a atenção voltada à um instrumento que é muito importante, porque o debate é que a pessoa que está assistindo vai poder clarear o que ele quer, o que ele deseja naquele momento", afirmou Caiado aos jornalistas.

De acordo com o governador, trata-se de algo que pode, ainda, gerar uma imagem negativo para o País. "Não é uma agressão entre duas pessoas que vai definir o voto de ninguém. Pelo contrário, isso vai assustar. Ora, democracia não cabe nesse tipo de comportamento. Então, nós não podemos permitir que, em um debate de ideias, as coisas caminhem para esse lado. É algo que realmente constrange o Brasil em um cenário internacional", ponderou Caiado.

Justiça eleitoral autoriza candidatura de Nivaldo Melo, em Pirenópolis

Nivaldo Melo: candidatura liberada

REDAÇÃO

Após ter a candidatura à reeleição indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), o prefeito de Pirenópolis, Nivaldo Melo (PSDB), logrou êxito em nova decisão do órgão, deferida, sábado (14), que autoriza o registro da candidatura do político.

O argumento da sentença anterior apontou para improbidade administrativa e desaprovação de contas públicas. Após recurso da defesa de Nivaldo, o novo documento, no entanto, assinado pela juíza eleitoral Mariana Amaral de Almeida Araújo, afirma que o ato doloso de improbidade administrativa foi desconstituído pelo Judiciário.

A decisão frisa "reconhecer a ausência do dolo específico" na conduta de Nivaldo referente à rejeição de contas e afasta a incidência de inelegibilidade em função dos fundamentos constitutivos. "Isto posto, conheço e dou provimento aos embargos declaratórios para modificar a sentença", frisa o documento, ao deferir a candidatura do prefeito.

A Promotoria da 26ª Zona Eleitoral do Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu, no fim do mês de agosto, a impugnação de registro da candidatura do prefeito de Pirenópolis, Nivaldo Antônio de Melo (PSDB), à reeleição. O TRE sentenciou, em seguida, que o tucano ficaria inelegível até 28 de julho de 2026, pois teve suas contas rejeitadas por irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa, em decisão definitiva do Tribunal de Contas da União (TCU), transitada em julgado.

Arma eleitoral: problema nas capitais, segurança vira tema das campanhas

Embora governos estaduais tenham mais responsabilidade nesta área, especialistas afirmam que prefeituras também podem atuar em ações específicas

Redação

Às vésperas das eleições municipais, a segurança pública é citada como principal problema por moradores de sete das dez capitais mais populosas do país, segundo as pesquisas Quaest.

Reflexo de fenômenos que assolam as grandes cidades, o medo da população vem servindo de munição no debate eleitoral — e a segurança, área na qual os municípios têm limitações para atuar, "invade" as campanhas por meio de promessas e trocas de farpas. Seis a cada dez candidatos nas 26 capitais falam em aumentar o poder da Guarda Municipal, por exemplo. Também pululam propostas voltadas para a vigilância tecnológica, enquanto a iluminação pública passou a ser menos mencionada.

Apesar de a Constituição dizer que a segurança pública é "direito e responsabilidade de todos", a Carta dá mais responsabilidades aos governos estaduais, que controlam as polícias Civil e Militar. As prefeituras podem atuar por meio das Guardas, criadas para a "proteção de bens, serviços e instalações", e também com medidas preventivas. No processo eleitoral, no entanto, o debate costuma ser genérico, sobretudo com sugestões mirabolantes de crescimento da Guarda.

Em um cenário de queda nos homicídios, o que chama a atenção é que as cidades mais violentas do país, segundo os dados do Atlas da Violência, não são necessariamente as que estão dizendo agora, nas pesquisas eleitorais, que têm a segurança como maior preocupação. Isso se dá, avalia o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, por causa da ascensão nos grandes centros urbanos de problemas como as cracolândias, o medo de que o roubo de celular resulte em crimes financeiros e a disseminação do crime organizado.

— De um lado, cracolândia; de outro, presença de facções e milícias tomando conta do território, regulando o que pode e o que não pode, fazendo com que muitas vezes a vida das pessoas seja mais determinada pelo crime do que pela lei — explica. — E, se tem cracolândia, tem mais celular furtado, golpes virtuais e financeiros.

Inquietação

Os maiores percentuais de inquietação com a segurança nas capitais, acima dos 40%, estão no Rio (60%), Salvador (51%), Vitória (47%) e Fortaleza (45%). Entre elas, apenas o município capixaba não está entre os mais populosos do Brasil. Em São Paulo, maior cidade do país, 32% dos entrevistados colocam o tema no topo dos problemas.

É no Centro paulistano, inclusive, que se forma a cracolândia mais conhecida, palco de diversas cenas de assaltos e incursões policiais nos últimos anos.

Medidas preventivas

A eleição carioca é exemplar da presença constante da segurança no debate. Apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Alexandre Ramagem (PL) afirma que a prefeitura precisa ser "protagonista" se o Rio quiser reverter o problema. O prefeito Eduardo Paes (PSD), por sua vez, adota uma estratégia tripla: joga a responsabilidade para o estado, associa Ramagem ao governador Cláudio Castro (PL) e elenca medidas que adotou à frente do município para prevenir delitos.

— Se os candidatos quisessem fazer um debate sério, as prefeituras podem ter um papel gigantesco na área. O problema é que não estou vendo isso — avalia Renato Lima. — A segurança é, sim, uma atribuição do município. De forma subsidiária, claro. Mas a população está pouco preocupada com quem vai resolver: ela quer circular livremente, ter um atendimento decente.

Entre as possíveis formas de atuação, o sociólogo elenca medidas preventivas de planejamento urbano, como melhorias na iluminação das ruas, além da oferta de serviços públicos variados. Também aponta aspectos de controle do território, já que questões fundiárias, por exemplo, cabem às prefeituras. A Guarda Municipal, diz o pesquisador, deveria se concentrar mais no papel de fiscalizadora.

Ampliar, armar, transformar em polícia, instalar câmeras nas fardas e até criar uma Guarda específica para mulheres são propostas que compõem os programas de governo nas capitais, mostra o levantamento do GLOBO. Em todas elas, ao menos um candidato sugere alguma medida do tipo.

Além de promessas envolvendo a Guarda, um levantamento feito pelo projeto Vota Aí!, parceria da Unicamp com o Iesp-Uerj, comparou os programas de governo apresentados pelos candidatos a prefeito nesta eleição com os de 2020. Os dados indicam um crescimento de propostas ligadas a algum tipo de vigilância, como a instalação de câmeras, e menções a tecnologias controversas como reconhecimento facial e inteligência artificial — que saltaram 156% e 219%, respectivamente.

Segundo o pesquisador, evidências científicas indicam que políticas públicas de ocupação do espaço urbano, como melhora da iluminação e abertura de comércio, provocam efeitos positivos na redução da criminalidade. Os dados levantados pelo Vota Aí!, contudo, mostram uma diminuição de 11% nas menções à iluminação pública nos programas de governo de quatro anos para cá.

Renato Lima coloca o crime de estupro como um que a prefeitura tem meios para ajudar a evitar. Além da iluminação, medidas como mudança de local de pontos de ônibus e um monitoramento mais eficaz de praças, por exemplo, podem tornar o espaço público mais seguro para mulheres.

AXS ENERGIA

AXS ENERGIA UFV GOIAS SPE LTDA.

CNPJ: 46.409.396/0001-26 - NIRE: 52205613899

2ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular de alteração do ato constitutivo: **AXS Energia S.A.,** pessoa jurídica de direto privado, com sede na Rua Cruz e Souza, nº 57, sala 601, Centro, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.020-710, CNPJ nº 39.995.556/0001-09, NIRE 42300052485, representada pelo Sr. **Rodolfo de Sousa Pinto,** nacionalidade brasileira, nascido em 12/04/1973, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.315.629-57, com Carteira de Identidade sob o nº 3980936, órgão expedidor SESP-PR, residente à Rua Jornalista Narbal Villela, nº 56, apto. 801, bloco A, João Paulo, Florianópolis/SC, CEP 88.030-500, neste ato representada na forma de seu estatuto social doravante denominada "Titular"; Titular da totalidade do capital social **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda.",** com sede na Fazenda Polônia - Outros GO-118 KM-91, s/nº, Código do Imóvel no Incra nº 931144001058-8, NIRF nº 1.591.681-2, Área Rural, no Município de Água Fria de Goiás, Estado de Goiás, CEP 73.780-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.409.396/0001-26, com seus Atos Constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52205613899, ("Sociedade"), decide por alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações: 1. O capital social da Sociedade é aumentado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a subscrição de 1 (uma) quota, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela sociedade **AXS Energia Unidade 10 S.A., sócia admitida neste ato,** com sede na Rua Demétrio Ribeiro, 74 - Ed. Centro Empresarial Demétrio Ribeiro - sala 602, Centro, no Município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.020-700, inscrita no CNPJ sob o nº 50.117.634/0001-05, com seus Atos Constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE nº 42207678264, neste ato representada pelo Sr. **Rodolfo de Sousa Pinto,** nacionalidade brasileira, nascido em 12/04/1973, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.315.629-57, com Carteira de Identidade sob o nº 3980936, órgão expedidor SESP-PR, residente à Rua Jornalista Narbal Villela, nº 56, apto. 801, bloco A, João Paulo, Florianópolis/SC, CEP 88.030-500, mediante pagamento, na presente data, em moeda corrente nacional. 2. Transformar, independentemente de dissolução e liquidação, a **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda."** em sociedade anônima, sob a denominação de **"AXS Energia UFV Goias SPE S.A."**, não importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimônio, a mesma escrituração comercial e fiscal. 3. Aprovar a inclusão da atividade geração de energia elétrica (CNAE 3511-5/01) no objeto social. 4. Manter inalterada a cifra do capital social da Sociedade, que foi aumentado de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para R$ 20.000,00 (vinte mil reais) nos termos da deliberação do item 1 da presente alteração contratual, dividido em 20.000 (vinte mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme conversão constante no **Anexo I** à presente alteração contratual. 5. Aprovar o projeto do Estatuto Social da Sociedade que constitui o **Anexo II** à presente alteração contratual. 6. Eleger, para os cargos de Diretor Presidente o Sr. **Rodolfo de Sousa Pinto**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, nascido em 12/04/1973, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Jornalista Narbal Villela, 56, apto. 801-A, Bairro João Paulo, CEP: 88030-500, portador da Cédula de Identidade nº 3.980.936-2 - SESP/PR e do CPF nº 015.315.629-57, e para o cargo de Diretor Financeiro o Sr. **Paulo Thomazoni,** brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da careira de identidade no 11 542 865, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no 088 390 568-07, residente à Rua José Maria Lisboa, 1000, apartamento 102, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo (SP), CEP 01423-002, ambos com mandato de 2 anos e 4 meses, com início em 01/08/2024 e encerramento em 31/12/2026. 7. Os membros da diretoria ora eleitos, para mandato de 2 anos e 4 meses, tomaram posse nos seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse, na forma do **Anexo III**, e aceitaram seus cargos, tendo cada um deles declarado expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial e que nunca foram condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o seu acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 8. Fixar que a remuneração global anual da administração da Companhia será aprovada na primeira Assembleia Geral Ordinária da Companhia. 9. Não instalar o Conselho Fiscal de forma permanente, sendo este instalado apenas a pedido dos acionistas, conforme previsto nos artigos 10 e 11 do Estatuto Social ora aprovado e conforme facultado pelos artigos 138 e 161 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). 10. Declarar inocorrente a hipótese de existência da realização e do depósito de que trata o art. 80, incisos II e III da Lei das S.A., por se tratar de simples transformação de tipo jurídico e estar integralizada a totalidade do capital social. 11. Publicar os atos societários previstos na Lei das S.A. no Jornal **Diário da Manhã** de Água Fria de Goiás/GO ou no **Diário Oficial do Estado de Goiás.** 12. Dar por efetivamente transformada a **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda."** em sociedade anônima, sob a denominação de **"AXS Energia UFV Goias SPE S.A."**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 13. Delegar poderes para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. 14. Lavrando-se esta alteração contratual que, após lida, foi aprovada pelas sócias **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda."** e **AXS Energia Unidade 10 S.A."** as quais passam à condição de acionistas da "**AXS Energia UFV Goiás SPE S.A."**, devendo ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis. E, por estarem de acordo, a Titular assina presente instrumento. Água Fria de Goiás (GO), 29 de julho de 2024. **Sócia: AXS Energia S.A. por: Rodolfo de Sousa Pinto; AXS Energia Unidade 10 S.A. por: Rodolfo de Sousa Pinto. Visto Advogado - Luis Gustavo Bombo -** (OAB-SP-216220). **Anexo II - Estatuto Social - AXS Energia UFV Goias SPE S.A. -** CNPJ: 46.409.396/0001-26 - NIRE: 52205613899 - **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º.** A **AXS Energia UFV Goias SPE S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Fazenda Polônia - Outros GO-118 KM-91, s/nº, Código do Imóvel no Incra nº 931144001058-8, NIRF nº 1.591.681-2, Área Rural, no Município de Água Fria de Goiás, Estado de Goiás, CEP 73.780-000. **§ 1º.** A Companhia poderá abrir, instalar, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, por deliberação da sua Administração, obedecidas as disposições legais vigentes. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a locação e a gestão de usinas de minigeração solar fotovoltaica, podendo promover a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros (CNAE 7739-0/99), e geração de energia elétrica (CNAE 3511-5/01). **Artigo 4º.** A Companhia inicia suas atividades na data de 11/05/2022 e o seu prazo de duração é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional e dividido em 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das S.A. **§ 2º.** A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A Companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes de escritura, do certificado, sendo que as emissões serão deliberadas pela Assembleia Geral Extraordinária, observado o que dispõe o artigo 59 da Lei das S.A. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 7º.** A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral deverá ser convocada na forma da lei, sendo os trabalhos dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo 2º abaixo. **§ 2º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Companhia, que escolherá o secretário da mesa, podendo este ser terceiro não vinculado à Companhia. **Artigo 8°.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, será composta por 2 (dois) membros, residentes no país, sendo 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um), com prazo de mandato de 02 (dois) anos e 4 (quatro) meses, sendo permitida a reeleição. **Capítulo IV - Da Diretoria: § 1º.** Ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro caberá a responsabilidade e representação ativa e passiva da Companhia, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Companhia, ficando vedado, entretanto o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais. **§ 2º.** São de competência exclusiva do Diretor Presidente: **(i)** Orientar e coordenar as atividades dos demais Diretores dentro das atribuições e poderes conferidos a tais Diretores por este Estatuto Social e por deliberações dos acionistas; **(ii)** Decisões que sejam de significância substancial para a estratégia da Companhia; **(iii)** Estabelecimento de diretrizes gerais de negócios da Companhia; **(iv)** Início, modificação, suspensão ou abandono do desenvolvimento, criação, implementação ou operação de uma transação comercial ou atividade envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(v)** Celebração de qualquer acordo de joint venture, associação ou cooperação comercial envolvendo a Companhia ou de importância estratégica para a Companhia; **(vi)** Aprovação da aquisição, venda, transferência, locação, constituição de gravame ou qualquer forma de alienação dos bens da Companhia envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); **(vii)** Aprovação de investimentos ou gastos de capital pela Companhia envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(viii)** Aprovação de empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis ou outro endividamento; **(ix)** Aprovação de celebração, rescisão, variação ou renúncia de qualquer contrato envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(x)** Aprovação da concessão ou contratação pela Companhia de quaisquer garantias em relação a qualquer obrigação da Companhia envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(xi)** Aprovação de concessão ou contratação de garantias em benefício de terceiros; **(xii)** Aprovação para a realização e participação em processo de licitação pública; **(xiii)** Aprovação para a assinatura de contratos de compra e venda de energia (PPAs) em mercados regulamentados e livres e geração distribuída e a comercialização de quaisquer acordos complementares não contratados; e **(xiv)** aprovação da assinatura de contratos de locação de equipamentos, de prestação de serviços de operação e manutenção, de cessão de uso de imóvel, bem como a participação em e a constituição de consórcios e cooperativas, todos relacionados ao setor de geração distribuída de energia. **§ 3º.** O Diretor Financeiro poderá, isoladamente, realizar e assinar: **(i)** Pagamentos e transferências bancárias para empresas do mesmo grupo econômico da Companhia, ou seja, para suas Controladas, Controladas e coligadas, mesmo envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(ii)** Toda documentação referente às licenças e autorizações necessárias ao funcionamento de Usinas Solares Fotovoltaicas (UFVs), junto a órgãos públicos e concessionárias de energia elétrica; e **(iii)** Atos de representação e gestão/administração da Companhia, que envolvam deliberações que não sejam de competência exclusiva do Diretor Presidente, inclusive que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia. **§ 4º.** Compete ao Diretor Financeiro assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades ordinárias referentes às funções Financeiras que lhes tenham sido atribuídas pelo Diretor Presidente, por este Estatuto ou pela Assembleia Geral. **§ 5º.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão **(i)** ser assinadas pelo Diretor Presidente, **(ii)** especificar expressamente os poderes conferidos; **(iii)** vedar o substabelecimento; e **(iv)** ter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **§ 6º.** O prazo previsto no parágrafo acima e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos. **§ 7º.** Ocorrendo vacância, afastamento, renúncia ou impedimento, definitivo, deverá de imediato ser convocada uma Reunião da Diretoria que elegerá o novo Diretor. **Artigo 9º.** Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, exceto as que envolvam atividades de competência privativa do Diretor Presidente, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia, ser assinados: (a) pelo Diretor Presidente ou (b) pelo Diretor Financeiro ou procurador observando-se quanto à nomeação de procuradores o disposto no parágrafo seguinte. **§ 1º.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão (i) ser assinadas pelo Diretor Presidente, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o artigo anterior; (iii) vedar o substabelecimento e (iv) ter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **§ 2º.** O prazo previsto no parágrafo acima e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos. **§ 3º.** Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por um Diretor ou um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Assembleia Geral. **§ 4º.** São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por Diretores, procuradores ou empregados, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluída a prestação de fiança, aval, endosso ou qualquer garantia não relacionada ao objeto social ou que sejam contrários ao disposto neste Estatuto Social. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 10.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 11.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **§ 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. **§ 4º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **§ 5º.** Somente receberá a remuneração o Conselheiro Fiscal que efetivamente exercer suas funções e sua remuneração será proporcional ao tempo de funcionamento do Conselho Fiscal. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição dos Lucros: Artigo 12.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, oportunidade na qual serão levantados os balanços patrimoniais da Companhia e o administrador prestará as contas da sua administração. **Artigo 13.** Os lucros e/ou prejuízos apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social serão destinados aos acionistas, podendo, todavia, optar pelo aumento de capital utilizando os lucros e/ou pela compensação dos prejuízos em exercícios futuros. **Capítulo VII - Juízo Arbitral: Artigo 14.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, perante a Câmara de Mediação e Arbitragem da ACIF - CMAA, nos termos do seu Regulamento. **§ 1º.** A arbitragem será processada na cidade de Florianópolis, SC, por 03 três árbitros, cada parte escolhendo um, e estes dois escolhendo um terceiro, e em português. **§ 2º.** Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para, sem prejuízos à cláusula compromissória e sem importar em sua renúncia: executar sentença arbitral ou obrigações líquidas certas e exigíveis; obter medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios de natureza preventiva, como garantia ao procedimento arbitral a ser iniciado ou já em curso; ou obter medidas de caráter mandamental e de execução específica. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia: Artigo 15.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo IX - Disposições Finais e Transitórias: Artigo 16.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. **Artigo 17.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais. **Artigo 18.** A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar, por maioria de votos, sobre a transformação do tipo jurídico da sociedade. Água Fria de Goiás (GO), 29 de julho de 2024. Acionistas: (a) **AXS Energia S.A.** por: **Rodolfo de Sousa Pinto;** (b) **AXS Energia Unidade 10 S.A.** por: **Rodolfo de Sousa Pinto. Visto Advogado: Luis Gustavo Bombo -** (OAB-SP 216220). **JUCEG** - Certifico o Registro em 11/09/2024 sob nº 52300049016. Protocolo: 242651828 de 02/08/2024. Paula Nunes Lobo Veloso Rossi - Secretária-Geral.

DM Revista

EDITOR DMREVITSA
MARCUS VINÍCIUS BECK
mvbeck20@gmail.com

diariodamanhaoficial
diariodamanha
dmtvgoiania

ARTES CÊNICAS

Poética do desastre esquecido

Espetáculo 'Dractividade' revisita acidente com Césio-137, em Goiânia, explorando conexão simbólica com desastres nucleares e marginalização da comunidade LGBTQIAPN+. Peça é encenada hoje no Martim Cererê

INGLID MARTINS

Neste mês o Brasil lembra os 37 anos do acidente radiológico com o Césio-137, em Goiânia, ocorrido em 13 de setembro de 1987. O espetáculo "Dractividade" será exibido hoje, às 19h30, no Centro Cultural Martim Cererê e revisita essa tragédia com teatro, dança e música, abordando conscientização, inclusão social e preservação histórica, conectando-a a outras tragédias nucleares e trazendo à tona questões de memória, invisibilidade e resistência.

Mais do que uma peça sobre um desastre, é reflexão poética e crítica que traça paralelo entre a tragédia do Césio-137 e as lutas contemporâneas da comunidade LGBTQIAPN+. Através da figura de uma drag queen radioativa, o espetáculo aborda a resistência, a vulnerabilidade e a desumanização enfrentada por grupos marginalizados, usando uma fusão de teatro, dança e música pop para criar uma experiência única e impactante.

A criação do espetáculo começou em 2019, quando Eddy Avlis, dramaturgo e ator, decidiu explorar o acidente com o Césio-137. Em entrevista ao Diário da Manhã, ele explica que a ideia surgiu da sua vontade de conectar a tragédia a elementos da cultura pop. "Quando comecei a pesquisar sobre o Césio-137, o que mais me chamou a atenção foi a inocência das pessoas envolvidas", diz Avlis. "Ninguém sabia do perigo daquele pó brilhante. A criança que brincava com as pedrinhas não tinha a menor ideia do risco."

Avlis enfatiza que a relação com o brilho foi um ponto de partida crucial para o espetáculo. "O brilho, tão sedutor e mortal no caso do Césio, ecoa na cultura pop, que eu consumo desde pequeno. Essa dualidade — algo fascinante e inocente, mas que esconde perigos profundos — é refletida no final do espetáculo. É lindo de ver, mas carrega um peso forte."

ANDRÉ MIRANDA/ DIVULGAÇÃO

Ator Eddy Avlis diz que espetáculo conecta tragédia a elementos da cultura pop

A drag queen radioativa é o coração de "Dractividade". Essa personagem, diz Avlis, é carregada de camadas simbólicas. "Eu quis trazer a questão da descoberta do corpo e dos desejos que nós, pessoas LGBTQIAPN+, experimentamos durante a adolescência e juventude", explica. "A vulnerabilidade dessa fase é intensa. Sentimentos desorganizados e a sociedade muitas vezes se aproveita disso para criticar e marginalizar."

Avlis se inspira fortemente em Lady Gaga ao criar a drag queen radioativa. "Quando vi as roupas que usaram para limpar a área contaminada pelo Césio, imediatamente lembrei de uma roupa que Lady Gaga usou na turnê 'Born This Way', em 2012. Era surreal e performática, protegendo o corpo inteiro, mas ao mesmo tempo, estranha e poderosa."

A drag queen radioativa não é apenas figura visualmente impactante, mas também símbolo de resistência e ressignificação. "Ela usa sua aparência extravagante como uma armadura e uma forma de expressar sua identidade e história. É uma metáfora da luta pela dignidade, tanto das vítimas do Césio quanto da comunidade LGBTQIAPN+."

Acidente

Em 13 de setembro de 1987, Goiânia sofreu um grave acidente radiológico com o Césio-137, quando um aparelho de radioterapia abandonado foi desmontado por catadores de sucata, resultando em contaminação massiva. Aproximadamente 320 foram consideradas como vítimas oficiais afetadas diretamente e recebem cerca de R$ 954 pagos pelo governo de Goiás. Quatro mortes diretas e dezenas com sérios problemas de saúde.

Embora de acordo com informações da Avicésio, mais de 6 mil pessoas foram contaminadas. A tragédia ainda deixou como herança mais de 20 toneladas de lixo radioativo, e a cidade enfrentou uma crise de saúde pública e ambiental significativa.

Décadas depois, as vítimas ainda lidam com graves sequelas físicas e psicológicas, como câncer e dificuldades financeiras. A falta de suporte contínuo e adequado tem agravado a situação, deixando muitos em condições precárias e sem assistência médica adequada. O poder público, que inicialmente ofereceu ajuda emergencial, falhou em manter o suporte necessário. As vítimas dependem de esforços isolados e ONGs.

No cerne de "Dractividade" está a crítica à invisibilidade e à marginalização das vítimas do Césio-137 e da comunidade LGBTQIAPN+. "As vítimas do acidente foram protegidas em um momento, mas hoje são esquecidas, carregando cicatrizes físicas e emocionais que a sociedade ignora", afirma Avlis. " Dentro da nossa própria comunidade, há diversidade e discriminação. A forma como alguém se expressa, se veste ou fala leva a julgamentos."

Dirigido por Ronei Vieira, o espetáculo é uma fusão de teatro físico, dança e música pop que cria uma experiência sensorial e crítica. Vieira fala sobre desafio de entrelaçar essas temáticas complexas. "A ideia inicial surgiu de uma provocação sobre o que a arte pode comunicar. Eddy trouxe o desejo de abordar tanto a tragédia do Césio-137 quanto elementos da cultura pop e LGBTQIAPN+", explicou. "O principal desafio foi representar essa conexão de forma poética, sem ser didático. Queríamos que o público pudesse fazer suas próprias leituras."

DRACTIVIDADE
Hoje, às 19h30
Martim Cererê
Setor Sul
1 kg de alimento
Sympla

SALA VIP RAFAEL GARCIA ANKAI

DIVULGAÇÃO

Mato Grosso Goiano
Nesta quinta-feira, 19 de setembro, o naturalista, pesquisador e ornitólogo Estevão F. Santos ministrará a palestra "Mato Grosso Goiano: composição e degradação", no contexto da exposição "Eu Não Vou Passar Em Branco" do artista visual Kboco. O evento, que é aberto ao público, terá início às 19h no Museu de Arte Contemporânea de Goiás (MAC), localizado no Centro Cultural Oscar Niemeyer. A entrada é gratuita.

Documentário
Com uma equipe formada integralmente por mulheres goianas, o documentário "Arte Marginal" estreia nesta quarta-feira (18/09), às 19h, na Casa Hip Hop, em Anápolis. O filme explora a trajetória de oito artistas goianos que, por atuarem fora dos grandes centros culturais, promovem a arte em espaços alternativos, como ruas e escolas, em busca da democratização do acesso à cultura em suas comunidades.

Desfile
Nesta quarta-feira (18), a partir das 17h, a JOHN JOHN realiza um desfile exclusivo seguido de Happy Hour para celebrar e marcar o novo momento da marca. O evento acontece na loja localizada no terceiro piso do Flamboyant Shopping.

A Força do agronegócio
A Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial) realizará, entre os dias 15 e 19 de outubro, o 2º Agro-Mill. O evento reunirá 12 formadores de opinião que visitarão agroindústrias goianas e discutirão temas como práticas ESG, biocombustíveis, produção de açúcar, proteína animal, grãos, melhoramento genético e agricultura regenerativa.

Lançamento
A cantora goiana Melina teve os ingressos esgotados para o show de lançamento de seu primeiro EP profissional, intitulado "Meu Lar". A apresentação acontece no dia 18 de setembro, às 20h, no Teatro Sesc Centro, em Goiânia. Na data, o multi-instrumentista Milton Guedes e os cantores Hugo Vitti e Milena Massarani fazem participações especiais.

Dia Nacional do sorvete
No dia 23 de setembro é comemorado o Dia Nacional do Sorvete. Para celebrar a data mais doce e refrescante do ano, a Toninho Gelateria vai lançar para o público goianiense novos sabores criados pelo empresário e mestre sorveteiro Antônio Santos. Destaque para o sorvete artesanal de chopp de vinho, para os amantes de chopp.

Arraia Brasil 2024
No próximo final de semana, Aparecida de Goiânia recebe mais uma edição da competição nacional de quadrilhas juninas, o Arraia Brasil. De 20 a 22 de setembro, sete quadrilhas juninas de todo país se enfrentam em uma mostra competitiva que promete movimentar a cidade. Além das quadrilhas convidadas, se apresentam também grupos goianos na mostra não competitiva. O evento acontece no estacionamento da Cidade Administrativa Maguito Vilela, a partir das 19h30, na sexta (20), no sábado (21) e no domingo (22). A participação é gratuita.

As modelos Vitória Peixoto e Fernanda Bispo foram os destaques do badalado desfile da Ostra Brasil em Anápolis, na tarde da última terça-feira (10).

GABRIYELLA BARROS

A designer de joias Andrea Conti esbanjou simpatia e beleza na última quinta-feira (12), no decorado Casa Opus Marista, durante evento exclusivo, que apresentou para o público goiano as belíssimas peças da marca e sua última coleção Bold Glam, lançada recentemente em Dubai e São Paulo.

GABRIYELLA BARROS

Chris Taveira (direita) esteve entre os seletos convidados de petit comitê com a designer de joias Andrea Conti.

GABRIYELLA BARROS

A empresária Carmem Mafra junto da filha, a arquiteta Larissa Mafra na tarde luxuosa com a designer.

ROCK IN RIO/ DIVULGAÇÃO

Planet Hemp transforma palco em estufa

GUILHERME LUIS

É permitido fumar a bordo, anunciou uma voz dessas robóticas, como se fosse uma gravação de avião, no início do show da banda Planet Hemp no Rock in Rio neste domingo, 15. E, da plateia, a fumaça subiu.

O grupo, que tem Marcelo D2 e BNegão nos microfones, começou a apresentação no fim da tarde do dia, o mais roqueiro do festival. Cantaram logo "Distopia", carregada do senso libertário que sempre permeou seu repertório. "Desobedeça, obedeça, desobedeça", o público tentava cantar, sobre o barulho ensurdecedor dos instrumentos pesados da banda.

"Maconha não mata a gente", disse BNegão, antes de cantar "Jardineiro", que versa sobre o plantio da erva. Depois, convocou uma roda no público, com dezenas de pessoas girando uma atrás da outra.

Com "Legalize Já", fizeram os fãs gritarem pela legalização da maconha. "Uma erva natural não pode nos matar", eles diziam, antes de atirar um baseado enorme, inflável, que ficou flutuando sobre as cabeças da plateia.

Criado em 1993, o Planet Hemp tem um dos discursos mais políticos da música brasileira. Nas letras, eles discutem mazelas, criticam o preconceito que cerca os maconheiros e enfrentam figuras que consideram problemas para a sociedade — neste show, por exemplo, gritaram contra fascistas.

No terço final da apresentação, a roqueira baiana Pitty entrou no palco. Juntos eles cantaram uma versão um tanto mal remixada de "Admirável Chip Novo", hino da roqueira que os amigos regravaram numa parceria recente. O problema é que BNegão e Marcelo D2 mal deixaram ela cantar, e o resultado ficou esquisito.

Emo
O clima de impaciência na plateia desapareceu assim que Amy Lee surgiu, com uma bandeirinha do Brasil desenhada debaixo do olho direito, cantando "Broken Pieces Shine". Vestida toda de preto, como representante de toda uma geração de emos, Lee segurou o show todo no gogó, com um alcance vocal impressionante.

"O Brasil foi parte importante da nossa história. Obrigado por compartilharem suas dores conosco, por estarem sempre juntos de nós", disse Lee, quando o show se aproximava do fim.

"Bring Me To Life", o maior sucesso da banda, coroou o que foi um dos shows de melhor técnica vocal até agora. Lee puxou um grito contínuo no final que foi aplaudido com entusiasmo. A sintonia entre ela e a banda coloca o Evanescence entre as boas bandas criadas décadas atrás que, por pouco, não ficaram esquecidas. (Folhapress)

POLÍTICA

Ex-prefeito de Águas Lindas de Goiás é impedido de se candidatar a vereador

Geraldo Messias foi prefeito do município de 2009 a 2012, seus direitos políticos suspensos de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto deste ano

MPGO

Acolhendo pedido feito pelo Ministério Público Eleitoral em ação de impugnação, a Justiça Eleitoral negou o pedido de candidatura a vereador de Geraldo Messias de Queiroz, ex-prefeito de Águas Lindas de Goiás, condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por atos de improbidade administrativa. Ele foi prefeito do município de 2009 a 2012 e estava com os direitos políticos suspensos de 13 de agosto de 2021 a 13 de agosto deste ano. Desta forma, nesse período, não poderia ser considerado filiado a nenhum partido político.

A promotora de Justiça Tânia d'Able Rocha de Torres Bandeira, titular da 5ª Promotoria de Águas Lindas, destaca que o artigo 1º, inciso I, alínea g, da Lei da Inelegibilidade (LC 64/90) prevê que "os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do artigo 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição".

O Ministério Público Eleitoral apontou três processos de Tomada de Contas Especial julgados pelo TCU nos quais houve a condenação de Geraldo Messias

Nesse sentido, na ação, o Ministério Público Eleitoral apontou três processos de Tomada de Contas Especial julgados pelo TCU nos quais houve a condenação de Geraldo Messias. Em todas as condenações houve imputação de débito, além de aplicação de multa. Segundo a promotora, todas as irregularidades apontadas são graves e caracterizam atos dolosos de improbidade administrativa e evidenciam a reiteração das condutas irregulares.

A defesa do ex-prefeito alegou não haver dolo específico nas condenações, tese que foi rejeitada pela Justiça, que enquadrou juridicamente a situação ao que prevê a Lei Eleitoral sobre inelegibilidade. O entendimento é em obediência ao disposto na Súmula 41 do Tribunal Superior Eleitoral, o qual determina que: não cabe à Justiça Eleitoral decidir sobre o acerto ou desacerto das decisões proferidas por outros órgãos do Judiciário, ou dos Tribunais de Contas que configurem causa de inelegibilidade.

Ainda segundo o Ministério Público Eleitoral, como o ex-prefeito não poderia estar filiado a nenhum partido político até o mês de agosto sua candidatura não poderia acontecer, porque a Lei Eleitoral prevê que o candidato tenha de estar filiado ao partido para o qual for se candidatar no mínimo seis meses antes.

Dessa forma, o juiz eleitoral Rafael Francisco Simões Cabral entendeu procedente os pedidos do MP Eleitoral e indeferiu a candidatura de Geraldo Messias de Queiroz ao cargo de vereador de Águas Lindas pelo Partido Liberal.

Homem é condenado por homicídio após não conseguir pagar aluguel em Águas Lindas

Kamrul Hossain foi condenado a 16 anos e 3 meses de prisão em regime fechado pelo homicídio qualificado de Mahfuzur Rahman

Redação

O Tribunal do Júri da comarca de Águas Lindas de Goiás condenou, na última semana, Kamrul Hossain a 16 anos e 3 meses de prisão em regime fechado pelo homicídio qualificado de Mahfuzur Rahman, ocorrido em 23 de março de 2018. A decisão foi presidida pelo juiz Neto Azevedo, que negou ao réu o direito de recorrer em liberdade. Kamrul foi acusado de ter cometido o crime por não conseguir pagar alugueis atrasados ao proprietário do imóvel onde morava, sendo essa a motivação considerada fútil pelos jurados.

O caso foi classificado como homicídio qualificado, dado que os jurados consideraram que Kamrul agiu com uso de meio cruel e sem possibilitar a defesa da vítima. Segundo as investigações, o réu abordou a vítima de surpresa, a ameaçou, amarrou suas mãos e pés, e utilizou uma fita plástica para amordaçá-la, o que levou à morte de Mahfuzur por asfixia. Esse método cruel de execução foi destacado durante o julgamento, reforçando a gravidade das acusações e resultando na condenação em regime fechado.

O julgamento foi marcado pela apresentação de detalhes que reforçaram a premeditação do crime.

De acordo com o processo, Kamrul Hossain vivia em uma propriedade de Mahfuzur Rahman e estava com o pagamento de alugueis atrasados. Sem conseguir arcar com os valores devidos, Kamrul optou por tirar a vida do proprietário como forma de encerrar o impasse. No entanto, na época do crime, as investigações não conseguiram identificar com precisão o local e o horário exatos em que o homicídio ocorreu, o que dificultou o andamento inicial do processo. Contudo, as provas reunidas ao longo da investigação foram suficientes para fundamentar a acusação e levar o réu a julgamento.

Antes do início do Tribunal do Júri, a defesa de Kamrul solicitou o adiamento da sessão, alegando que o réu, sendo natural de Bangladesh, não dominava o idioma português e, por isso, precisaria de um intérprete para acompanhar adequadamente o julgamento. No entanto, o pedido foi negado pelo juiz Neto Azevedo, que baseou sua decisão em gravações do interrogatório do réu durante a fase de instrução do processo. Nessas gravações, foi constatado que Kamrul compreendia e se comunicava em português de maneira satisfatória, respondendo às perguntas feitas sem dificuldade.

O julgamento foi marcado pela apresentação de detalhes que reforçaram a premeditação do crime. A abordagem surpresa, a imobilização da vítima e o uso de métodos crueis foram considerados elementos cruciais para a decisão dos jurados em optar pela condenação por homicídio qualificado. O Tribunal do Júri considerou que a ação de Kamrul não deu chance de defesa à vítima, o que agravou ainda mais a sua situação.

Ao final do julgamento, a pena de Kamrul Hossain foi fixada em 16 anos e 3 meses de reclusão, sem a possibilidade de recorrer em liberdade. O juiz Neto Azevedo destacou a gravidade do crime, ressaltando que o homicídio ocorreu por uma motivação fútil, gerada pela incapacidade de pagar os alugueis atrasados, e que o réu utilizou de meios cruéis para tirar a vida de Mahfuzur Rahman. Além disso, o juiz enfatizou a importância de garantir justiça em casos de homicídio qualificado, nos quais a vítima é privada de qualquer possibilidade de autodefesa.

SOCIAL

Pirenópolis recebe capacitação do programa Criança Feliz

O programa tem como objetivo realizar visitas domiciliares às famílias participantes do Cadastro Único, que estão em situação de vulnerabilidade social

SEDS-GO

A aplicação do segundo módulo de formação para os supervisores do programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Criança Feliz começou na última semana, realizada por servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), para dez municípios, entre eles, Pirenópolis. Intitulada "Cuidados para o Desenvolvimento da Criança", esta etapa fornece orientações essenciais para que os supervisores possam capacitar efetivamente os visitadores responsáveis pelas visitas domiciliares às famílias em vulnerabilidade social assistidas pelo programa.

Todos já passaram anteriormente pelo Guia de Visita Domiciliar, primeira etapa do curso que aborda sobre as visitas domiciliares. Já no segundo módulo, os supervisores serão submetidos à parte prática, realizada em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e no território onde visitam as casas e realizam as atividades com as famílias.

Desta vez, além de Pirenópolis, Campos Belos de Goiás, Goianápolis, Goiânia, Rio Verde, Trindade, Turvelândia, Vila Boa, São Miguel do Araguaia e Goiatuba também passaram pela formação durante toda a semana.

Wagnas Cabral

Formação capacita supervisores que atuarão com as famílias em todos os municípios que participaram do programa

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O programa do Governo Federal tem como objetivo realizar visitas domiciliares às famílias participantes do Cadastro Único, que estão em situação de vulnerabilidade social. As equipes fazem o acompanhamento e oferecem orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de estimular o desenvolvimento infantil.

O Governo de Goiás, por meio da SEDS, tem o papel de capacitar os supervisores e acompanhar a execução do programa que é realizada pelos municípios, além de orientar as atividades e elaborar relatórios que mapeiam a quantidade de famílias atendidas.

Governo abre edital para casas a custo zero em novos municípios

Municípios devem apresentar loteamento regularizado para construção das moradias com investimento integral do Governo de Goiás

AGEHAB

O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), publicou novo edital de chamamento para municípios apresentarem lotes para construção de casas a custo zero do programa Pra Ter Onde Morar – Construção.

O credenciamento dos municípios é feito de forma 100% on-line, por meio da Plataforma Conecta Prefeitos, o que garante maior agilidade à adesão. O prazo é até 05 de outubro.

Podem se credenciar para construção de unidade habitacional unifamiliar todos os municípios goianos que tenham terrenos adequados, de sua propriedade; e para construção de unidade habitacional coletiva, municípios goianos com população igual ou superior a 50 mil habitantes, que tenham terrenos adequados. São aceitas inscrições de municípios ainda não contemplados com outros programas habitacionais do Governo de Goiás e também daqueles já beneficiados, desde que a execução da quantidade de moradias não supere seu déficit habitacional.

A AGEHAB atua com um procedimento digitalizado de entrega de documentos para permitir a entrada do município interessado no banco de credenciados ao programa. "A criação da plataforma digital chamada Conecta Prefeitos é um aprimoramento que permite que o município ingresse no programa em apenas 72 dias, se toda a documentação estiver correta", explicou o presidente da AGEHAB, Alexandre Baldy.

A realização de chamamento público aos municípios garante um fluxo mais célere do processo de credenciamento, antes da efetiva assinatura do Termo de Acordo e Compromisso (TAC) que celebra a parceria entre estado e município e garante a contratação das casas.

Octacílio Queiroz

O credenciamento dos municípios é feito de forma 100% on-line, por meio da Plataforma Conecta Prefeitos

CASAS A CUSTO ZERO

Para atender ao chamamento público, os municípios precisam disponibilizar loteamento regularizado para construção das unidades habitacionais. Nestes lotes, serão construídas as casas a custo zero, com investimento integral do Governo de Goiás. Estas serão doadas para famílias com renda total de até um salário mínimo, conforme prevê a legislação que rege o programa.

O Banco de Credenciados conta com 45 municípios, todos aptos a receberem as obras, com documentação em dia e terrenos aprovados tecnicamente para as construções. A expectativa da AGEHAB é ampliar para 86 municípios com o novo edital.

Segundo o presidente da agência, já foram entregues 3 mil unidades habitacionais em todo o estado e outras 3.636 estão em andamento.

PREJUÍZOS

Leitura de medidores de energia tem 8 mil impedimentos ao mês

No ranking da concessionária Equatorial Goiás, Anápolis está em terceiro lugar, após contabilizar 1.097 casos neste período

DA REDAÇÃO

Anápolis é a terceira cidade goiana com o maior número de impedimentos de leitura de medidores de energia elétrica, segundo estatísticas da concessionária Equatorial Goiás, com pelo menos 1.097 casos registrados em um mês. Fica atrás apenas da região metropolitana de Goiânia, com 1.638 registros, e de Morrinhos, com 1.267 ocorrências contabilizadas neste período.

Mensalmente milhões de leituras são feitas pela Equatorial Goiás em casas e comércios do estado para garantir uma medição justa e correta. Porém, a concessionária enfrenta desafios com os impedimentos de leitura dos medidores de energia elétrica em diversas regiões. Somente no mês de julho, cerca de 7,8 mil restrições foram registradas pela distribuidora, afetando a qualidade do serviço e comprometendo a precisão da cobrança.

A concessionária fez um mapeamento dos principais motivos identificados para que as leituras não pudessem ser feitas. Em primeiro lugar estão os portões fechados, mesmo com o imóvel ocupado. Foram mais de 3,5 mil casos relatados pelas equipes somente em julho deste ano. Neste tipo de ocorrência, o padrão do cliente não fica voltado para a rua, mas dentro do imóvel, como no caso de fazendas e propriedades rurais.

O gerente de Gestão Comercial da Equatorial Goiás, Jean Gama, explica que às vezes o cliente está em casa e recusa a entrada do leiturista por medo de ser algum golpe. "Alguns clientes alegam ter medo; acham que o leiturista não é um funcionário oficial da concessionária. Reforçamos que nossos colaboradores utilizam crachá de identificação e uniforme", afirma Jean.

Em outras situações, os clientes não permitem a entrada por não concordarem com os valores das faturas anteriores. Outros fatores como a presença de cães bravos e o visor do padrão estar quebrado ou sujo também dificultam a atuação dos leituristas.

Fatores como portões fechados, cães bravos e visores sujos prejudicam trabalho dos leituristas durante visitas

CONSEQUÊNCIAS

Os impedimentos para leitura podem levar a várias consequências para os consumidores. A principal delas é a possibilidade de faturamento pela média de consumo, que é realizada quando o acesso ao medidor é inviável. Este método de cobrança pode não representar o consumo real, resultando em contas mais altas ou mais baixas do que o consumo efetivo, valores que são acertados e eventuais diferenças devolvidas ou cobradas dos clientes.

Além disso, a falta de acesso ao medidor impede a identificação de possíveis problemas na rede elétrica do cliente, como defeitos ou variações inesperadas no consumo. O gerente destaca que, em caso de três impedimentos consecutivos de acesso ao medidor, a unidade consumidora também estará sujeita ao desligamento da energia, conforme normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

NOTIFICAÇÃO

A partir de agosto de 2024 a Equatorial Goiás começou a aplicar um adesivo de notificação quando constatado impedimento de acesso ao medidor. Esse adesivo é uma sinalização adicional ao cliente que precisa adotar alguma providência para permitir o acesso a seu medidor, além de dar orientações sobre o faturamento por média.

Para evitar esses problemas, a Equatorial Goiás orienta seus clientes sobre a importância de manter o acesso livre aos medidores. Ao identificar os leituristas, os moradores devem autorizar a entrada e os cães devem ser mantidos em áreas onde não representem risco para os técnicos. A concessionária também sugere a limpeza regular dos vidros das caixas de medição, evitando o acúmulo de sujeira que possa impedir a leitura correta.

AUTOLEITURA

Nos casos das instalações em área rural, onde nem sempre é possível manter o acesso liberado no dia da leitura, a Equatorial recomenda que os clientes façam a autoleitura dos seus medidores. "O cliente precisa anotar a leitura que ele vê no seu medidor e nos informar essa leitura, que vamos utilizá-la no lugar da média de consumo dos últimos 12 meses, evitando a necessidade desses ajustes de faturamento e facilitando o entendimento da conta", esclarece Jean Gama.

Para informar a autoleitura, basta acessar o aplicativo Equatorial Energia ou o site www.equatorialenergia.com.br, clicar em Agência Web e depois Solicitação de Serviços. Em seguida, é necessário informar o CPF do titular, a data de nascimento e selecionar a opção Enviar Minha Autoleitura. O cliente também pode informar a autoleitura através do nosso call-center.

Vendas no comércio crescem pelo 8º mês seguido, informa pesquisa

Segundo Pesquisa Mensal do Comércio, avanço do mês foi puxado por vendas de livros, jornais, revistas e papelaria

AGLYS NADIELLE

O comércio varejista em Goiás cresceu pelo oitavo mês consecutivo após alta de 7,9% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2023. O resultado foi impulsionado pela venda de livros, jornais, revistas e papelaria (27,5%), seguido por artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (26,8%).

Conforme apuração do Instituto Mauro Borges (IMB), com dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de vendas acumulado no ano e em 12 meses apresentou aumento de 6,3% e 4,1%, respectivamente. As altas nesses indicadores foram impulsionadas pela venda de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos.

Na variação mensal com ajuste sazonal, quando comparado o mês de julho com o mês imediatamente anterior, o comércio goiano apresentou leve crescimento de 1,2%. O varejo ampliado goiano registrou a décima alta consecutiva na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com aumento de 17,2%. No acumulado no ano e em 12 meses, o crescimento das vendas foi de 12,7% e 8%, respectivamente. O aumento em todos os indicadores foi puxado pelas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças.

O varejo brasileiro acumulou alta de 5,1% de janeiro a julho. Na comparação entre julho com o mesmo mês de 2023, o acumulado é de 4,4%. Em 12 meses, a alta foi de 3,7%, enquanto na variação mensal com ajuste sazonal o crescimento foi de 0,6%.

'CIFRA NEGRA'

Parte das mortes no trânsito fica fora de registro nacional

Defasagem entre dados locais e do Registro Nacional de Acidentes de Trânsito (Renatran) ocorre devido subnotificação

ORISVALDO PIRES

O sistema oficial do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renatran) conta 55 mortes no trânsito ocorridas em Anápolis no ano de 2023, enquanto, segundo a Delegacia Especializada de Investigação de Crimes de Trânsito de Anápolis (DICT), naquele ano foram registradas 83 mortes no trânsito da cidade. É de conhecimento geral que nem toda infração praticada em diversos setores [inclusive no trânsito] chega ao conhecimento das autoridades. A defasagem entre as ocorrências reais e as ocultas, é conhecida como 'cifra negra'.

As autoridades de segurança pública explicam que, no âmbito dos crimes de trânsito, está a maior cifra negra, junto com os registrados sobre violência doméstica. Em ambos os setores há subnotificação por diversos fatores. O titular da DICT, delegado Manoel Vanderic Filho ressalta que grande parte dos óbitos ocasionados em acidentes ou em crimes de trânsito ocorre nos hospitais. Segundo ele, em Anápolis, a defasagem é menor, em função da ligação direta entre a Polícia Civil e o Hospital Estadual de Anápolis Dr Henrique Santillo, "é centralizado o atendimento".

Em cidades do interior do Estado a defasagem é significativa. Um exemplo: se uma pessoa sofre um acidente, depois morre devido uma embolia pulmonar em decorrência dos ferimentos, este óbito não é registrado como crime de trânsito. Este tipo de situação faz com que ocorra a subnotificação e as estatísticas ficam aquém dos registros reais. "Se falamos em 50 mil mortes no trânsito no Brasil, segundo dados oficiais, podemos afirmar, sem medo de errar, que este número está acima de 80 mil mortes", avalia Manoel Vanderic Filho.

Os dados do Renatran, defasados em relação às estatísticas registradas pela DICT, consideram frota ativa de 318.666 veículos no Brasil, números relativos ao ano de 2023. O site do órgão nacional de trânsito informa que, naquele ano, ocorreram 5.510 acidentes de trânsito [parte considerada crime de trânsto], com 7.801 veículos envolvidos. Nessas ocorrências 7.362 pessoas estavam envolvidas ou saíram feridas. E, ainda, 55 óbitos.

Número considerável de mortes de pessoas no trânsito ocorre nos hospitais e, devido a essa condição, erroneamente deixam de constar das estatísticas

MOTOS

De acordo com os dados oficiais do Renatran, está estabelecida a gravidade dos registros de acidentes e de óbitos que envolvem motocicletas. Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em dados divulgados em agosto de 2023, a taxa de mortalidade no trânsito brasileiro aumentou 2,3%. As mortes ocorridas com envolvimento de motocicletas dobraram na última década, representando 30% dos casos fatais registrados em 2023.

O estudo do Ipea aponta imprudência, excesso de velocidade e uso de álcool como os principais fatores que contribuem para esses acidentes. As estatísticas oficiais do Renatran, relacionadas ao ano de 2023, revelam que, embora a quantidade de acidentes com motocicletas foi menor que com automóveis (19,3% contra 53,5%), o número de óbitos registrados em motocicletas foi superior ao de automóveis (36,4% a 30,9%).

ESTATÍSTICAS

As operações realizadas pela Delegacia Especializada em Investigações de Crimes de Trânsito (DICT) foram iniciadas em 2017. O delegado Manoel Vanderic Filho revela que, de lá até agora, foram presos mais de 2,5 mil motoristas flagrados dirigindo embriagados. Segundo ele, os números explicam a importância das ações de fiscalização realizadas pela DICT ao longo dos anos, já que a cada ano as mortes no trânsito são reduzidas.

O delegado explica que o ano de 2021 foi o mais violento, com 132 mortes registradas no trânsito. Em 2022, os números caíram para menos de 100. E, em 2023, foram registradas 83 mortes no trânsito em Anápolis. Manoel Vanderic informou que, em 2024, a média segue menor. Entretanto, disse, a estimativa é que no ano em curso o número de mortes deve possivelmente empatar com o registrado em 2023.

AMADO E ODIADO

A forma como o delegado Manoel Vanderic Filho conduz as operações da DICT – juntamente com os agentes que o acompanham no trabalho – desperta manifestações das mais diversas, nos vários segmentos da sociedade. As operações já flagraram pessoas pobres e ricas, dos mais variados níveis de escolaridade, profissionais liberais como professores, advogados, jornalistas e até religiosos. Inclusive, numa oportunidade, o delegado autuou um parente próximo. É característica do delegado dar tratamento igualitário ou isonômico a todos os que são abordados nas operações, seja em encaminhamentos administrativos, autuações e até prisões.

Manoel Vanderic entende que embriaguez ao volante é crime no mundo inteiro, "a diferença é que no Brasil o criminoso não fica preso, a punião é muito pequena, paga-se uma fiança e responde o processo em liberdade". As posições do delegado, pela firmeza e rigor com as quais são realizadas, acaba por gerar uma relação em que ou é amado, ou é odiado. Instado a comentar sobre esse fator, Vanderic é categórico: "Não trabalho para agradar ninguém. Por isso nunca quis entrar para a política. Meu trabalho é para cumprir a legislação".

Com viés crítico, Manoel Vanderic lembra do instituto do acordo de não persecução penal, em que motoristas presos por embriaguez ao volante pagam uma fiança ao fazer, em grande maioria, um acordo com o Ministério Público, "para sequer serem processados, isso é um disparate, em caso de morte ou não". Segundo ele, além do crime da embriaguez ao volante, é comum nas operações as práticas de desacato à autoridade policial, situação na qual, segundo ele, não cabe mais fiança. "As pessoas estão muito mais intolerantes com a intervenção do Estado e da Polícia", concluiu.

A subnotificação que gera impunidade

A especialista Maria Isabel de Queiroz, numa publicação no site Jusbrasil, explicou que o instituto das cifras negras foi estudado inicialmente pelo sociólogo Edwin H. Sutherland. O estudioso tratou do tema como a diferença, em números, daquelas ocorrências que não chegam ao conhecimento das autoridades, permanecendo ocultas.

Ao se falar em cifras negras, também é possível se referir àqueles crimes que chegam ao conhecimento das autoridades públicas, no entanto, não formam o processo, tendo o agente passado impune. Desse modo, é possível verificar que os índices reais de criminalidade são muito maiores do que aqueles oficialmente registrados e documentados pelos órgãos competentes.

CURIOSIDADE

A cifra negra é gênero de "crimes que permanecem ocultos", que comporta várias outras espécies de cifras, espécies estas que tratam de crimes específicos - Cifra Dourada: Referente aos crimes de colarinho branco; Cifra Verde: Referente à pratica de crimes ambientais; Cifra Amarela: Referente aos crimes que envolvem violência de funcionário público (policiais, na maioria das vezes) contra cidadão; Cifra Rosa: Referente aos crimes de caráter homofóbico; e Cifras Cinzas: Referente aos crimes que chegam ao conhecimento policial, no entanto não se transformam em processo. (Com informações Jusbrasil)